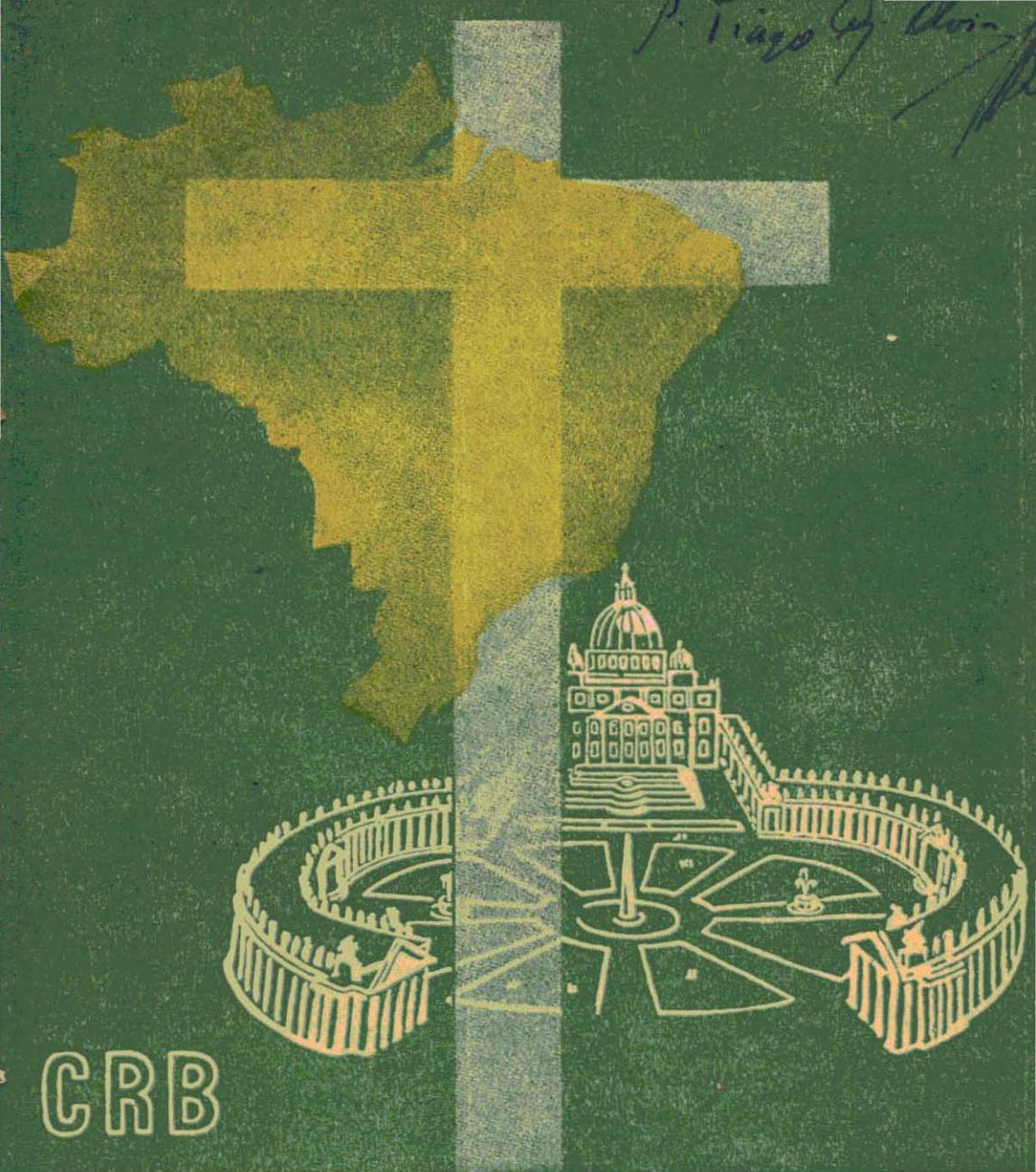


*P. Tiago de Oliveira*



CRB

# REVISTA DA CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL

Ano IX - N.º 98  
Agosto de 1963

# Revista da Conferência dos Religiosos do Brasil

ANO IX

1º DE AGOSTO DE 1963

N.º 98

## SUMÁRIO

DOCUMENTOS	449	● Nova edição dos Estatutos da CRB — Introdução — Pe. Frei Francisco Xavier Bockey OFM.
	451	● Estatutos da Conferência dos Religiosos do Brasil, com as modificações aprovadas pela VI Assembléa ordinária celebrada no Rio de Janeiro de 24 a 28 de abril de 1962.
	456	● Regimento do Conselho Administrativo da Conferência dos Religiosos do Brasil.
	458	● Sugestões e Conclusões do 1.º Encontro Regional de Missionários do Nordeste.
FORMAÇÃO DAS JUNIORISTAS	463	● O Juniorato na formação das Religiosas — V Formação humana no Juniorato — Pe. João Corso SDB.
CATEQUESE	475	● Os Judeus na Catequese e nos Missais do Brasil — Pe. Bertrand de Margerie S. J.
RÁDIO VATICANO	489	● Emissora da Santa Sé — I — Histórico — Pe. Paulo Bessa de Almeida S. J.
DEPARTAMENTOS DA CRB	499	● Nova Meta — Relações públicas do Departamento de Imprensa da CRB — L. E.
COMUNICAÇÕES	503	● Religiosos Canadenses e Estadunidenses a caminho da América Latina — O Encontro de Cuernavaca (México), de 27 de maio a 4 de junho — Pe. Tiago G. Cloin CSSR.
	507	● Primeira etapa do Curso psico-pedagógico realizado em Belo Horizonte — Pe. Frei Ricardo Rozestraten OFM.
SECÇÕES ESTADUAIS	510	● Santa Catarina — Bahia.
BIBLIOGRAFIA	511	● Júlio Comba — (Hinos do Breviário Romano)

Propriedade da Conferência dos Religiosos do Brasil  
Av. Rio Branco, 131, 9.º andar — Rio de Janeiro — Brasil  
Diretor Responsável: Pe. José Paulo Sales, C. M.

## NOVA EDIÇÃO DOS ESTATUTOS DA CRB

### Introdução

Em virtude das alterações feitas nos Estatutos da CRB, por ocasião da última Assembléia Geral dos Superiores Maiores, em abril de 1962, e de outras introduzidas pela Sagr. Congregação dos Religiosos, à qual assiste o direito de aprovar ou rejeitar as alterações propostas, tornou-se assim indispensável uma reedição dos mesmos Estatutos.

Convirá lembrar que os Superiores Maiores acharam por bem substituir a reunião anual por uma Assembléia Geral trienal. No entanto, para testemunharem a sua presença nos trabalhos da Diretoria da CRB, elegeram as seguintes Comissões de estudo e planejamento:

1. de Formação e Disciplina Religiosa,
2. de Pastoral e Vocações,
3. de Educação e Ensino,
4. de Assistência Social e à Saúde,
5. de Finanças.

Para cada uma destas Comissões foram escolhidos cinco Padres Provinciais e cinco a seis Assessores com a incumbência de apresentarem os aspectos parciais dos assuntos em pauta. A CRB está representada por um dos membros da Comissão Executiva, a fim de coordenar os trabalhos e convocar as reuniões. De outro lado, a Diretoria da CRB está autorizada, pela Assembléia dos Superiores Maiores, a aprovar, até à próxima reunião, os planos elaborados pelas Comissões, os quais, antes de serem executados, deveriam obter o beneplácito dos mesmos Superiores.

A Sagr. Congregação dos Religiosos nada teve a apor às resoluções supracitadas, mas, aproveitando-se da ocasião, mandou, através do Exmo. e Revmo. Sr. Núncio Apostólico no Brasil, que a enumeração dos vários Departamentos e Serviços fôsse transferida para o Regimento interno. Além disso, quis que se precisasse algo a respeito da relação entre a CRB e a CLAR. Sobretudo, porém, insistiu no bom funcionamento e na eficácia real do Conselho Administrativo.

Desde muitos anos, a Diretoria e o Secretário-Geral, secundados pelo Diretor dos Serviços da CRB, apresentaram à Assembléia Geral dos Superiores Maiores a conveniência e até a necessidade de se instituir uma comissão que controlasse e supervisionasse a parte econômica da Conferência. Resultou daí o Conselho Administrativo, composto de Padres Provinciais com sede no Rio de Janeiro ou perto desta cidade e autorizado a examinar, em qualquer momento, as finanças e a proceder a um exame anual, utilizando-se, se fôsse julgado necessário, de um serviço público apropriado, para poder apresentar

à Assembléia Geral um parecer exato e acurado sôbre a situação econômica da CRB.

No entanto, em vista das dificuldades inerentes à realização de um trabalho especializado desta espécie e atendendo às múltiplas ocupações dos mesmos Srs. Padres Provinciais, era bem manifesto quão pesada e difícil se se tornava para Suas Revmas. tal responsabilidade. Não admira, pois, que tenha sido isto certamente motivo suficiente para que tanto os Padres Provinciais como também a Diretoria da CRB recebessem com júbilo a licença concedida pela Santa Sé de formar um Conselho composto de técnicos, inclusive leigos. Através da atuação do Diretor dos Serviços e do Secretário-Geral, foi possível conseguir a cooperação de dois Padres, entre os quais Frei Matias Heidemann, O.F.M., contador diplomado, com longa experiência e hoje membro da Comissão Executiva da CRB, e mais três leigos de reconhecidas qualidades técnicas e morais, Diretores de Bancos e Engenheiros. Foram escolhidos suplentes em igual número.

A fim de regular o trabalho dêste Conselho, tornou-se necessário elaborar novos Estatutos que garantissem o seu funcionamento e proporcionassem aos Superiores Maiores a certeza de um contrôle eficiente. A Diretoria e a Comissão Executiva da CRB sentem-se sumamente gratas ao Exmo. e Revmo. Sr. Núncio por ter aprovado em nome da S. Sé, os Estatutos e os nomes indicados para comporem os membros efetivos e suplentes do Conselho Administrativo.

#### São membros efetivos:

- Revmo. Pe. Joaquim Horta, C.M.
- Revmo. Frei Matias Heidemann, O.F.M.
- Sr. João Batista Neves (Banco Mineiro de Produção)
- D. Flávio Gradin (Banco Nacional de M.G.)
- Dr. Rubem Araújo (Banco Nacional de M.G.)

#### São membros suplentes:

- Sr. Alberto Borchat (Banco Mineiro de Produção)
- Sr. Mário Marinho (Auto Industrial, S.A. Volkswagen)
- Sr. Flávio Napoleão de Azevedo (Atlântida Engenharia, S.A.)

Revmo. Pe. Décio Batista Teixeira, S.D.B.

Revmo. Pe. Rafael del Vale, O.E.S.A.

Para a primeira tomada de contato, reuniu-se o Conselho sob a presidência do Secretário-Geral e Subsecretário da CRB, no passado dia 21 de maio. A primeira sessão da Comissão Executiva será realizada no próximo mês de outubro.

## ESTATUTOS DA CONFÉRENCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL

Com as modificações aprovadas pela VI Assembléia Ordinária, celebrada no Rio de Janeiro, de 24 a 28 de abril de 1962

### CAPÍTULO I — CONSTITUIÇÃO, DENOMINAÇÃO E FINS

Art. 1.º — A Conferência dos Religiosos do Brasil é o organismo permanente das Comunidades Religiosas estabelecidas no Brasil.

Art. 2.º — A Conferência tem por finalidade precípua a coordenação e articulação das diversas Comunidades Religiosas, o estudo de problemas e a criação de serviços de interesse comum, visando uma colaboração mútua sempre mais eficaz, acatando as diretrizes da Confederação Latino-Americana dos Religiosos (C.L.A.R.).

Art. 3.º — Integram, livremente, a Conferência as Comunidades Religiosas estabelecidas no Brasil, representadas por seus respectivos Superiores Maiores; as Comunidades que não tiverem Superior Maior no Brasil serão representadas por quem exercer aqui a maior autoridade.

Art. 4.º — A Conferência se compõe de Departamentos e Serviços.

Parágrafo único. Os Serviços dependem de um Conselho Administrativo, nos termos do Regimento interno do mesmo.

Art. 5.º — Os Departamentos terão à frente um Religioso, escolhendo-se preferivelmente quem não tenha encargo de governo na sua Comunidade.

Art. 6.º — O Departamento de Educação e Ensino é a Associação de Educação Católica — A.E.C. do Brasil.

Art. 7.º — Outros Departamentos e Serviços poderão ser criados pela Diretoria da CRB, sob a dependência da Assembléia, se as circunstâncias o exigirem ou aconselharem.

### CAPÍTULO II — DO GOVERNO

Art. 8.º — A Conferência é governada pela Assembléia e pela Diretoria.

Art. 9.º — A Assembléia é constituída pelos Superiores Maiores, ou por quem os representar legitimamente.

Art. 10.º — A Diretoria é formada:

1.º — pelo Presidente, que será sempre um Superior Maior;

2.º — pelo Vice-Presidente, que será sempre o mais votado dos Conselheiros;

3.º — pelo Secretário-Geral;

4.º — pelo Tesoureiro;

5.º — por três Conselheiros, Superiores Maiores;

6.º — por três Conselheiras, Superiores Maiores;

7.º — por um ou mais Subsecretários, propostos pela Diretoria e confirmados pela Assembléia.

Parágrafo primeiro. O mandato da Diretoria, eleita de acôrdo com o art. 11, poderá ser prorrogado de quantos dias forem necessários, nunca excedendo de 30 (trinta) dias, para a eleição e posse normal da nova Diretoria eleita.

Parágrafo segundo. Quem não fôr Superior Maior precisa, para integrar a Diretoria, do "placet" do Superior Maior competente.

Parágrafo terceiro. Os membros da Diretoria da Conferência dos Religiosos do Brasil, com voto deliberativo, têm seus podêres e encargos devidamente especificados nos presentes Estatutos; permanecem no cargo por três anos e podem ser reeleitos, sendo, porém, o cargo dos Subsecretários de duração indeterminada.

Parágrafo quarto. Integram ainda a Diretoria, com voto consultivo, os membros da Comissão Executiva, os Diretores dos Departamentos.

Parágrafo quinto. Os membros da Diretoria que não puderem comparecer pessoalmente às Sessões poderão fazer-se representar por Religiosos de sua própria Congregação, com os mesmos direitos e podêres.

Art. 11.º — Compete à Assembléia:

- 1.º — eleger a Diretoria, de três em três anos;
- 2.º — eleger o Conselho Administrativo dos Serviços, conforme o art. 4, parágrafo único, por igual período, e aprovar-lhe o Regimento interno;
- 3.º — modificar os Estatutos, para o que se exigirá maioria absoluta de votos, e proposta da Diretoria, previamente notificada a todos os Superiores Maiores, ou moção assinada por não menos de 25 Superiores Maiores, e também notificada aos demais sócios;
- 4.º — aprovar o Regimento interno dos Departamentos e Serviços;
- 5.º — nomear os membros das Comissões de estudo e planejamento, propostos pela Diretoria;
- 6.º — estudar, através das Comissões, os problemas da atualização, organização e realização dos planos elaborados;
- 7.º — aprovar, em última instância, as resoluções das Comissões de estudo e planejamento.

Art. 12.º — Compete à Diretoria:

- 1.º — convocar a Assembléia, ordinariamente, de três em três anos, e, em via extraordinária, quando circunstâncias graves o exigirem, ou por solicitação de ao menos 25 Superiores Maiores;
- 2.º — propor à Assembléia os membros que integrem as Comissões de estudo e planejamento;
- 3.º — convocar as Comissões, ordinariamente, cada ano, e, em via extraordinária, quantas vêzes a Diretoria o julgar oportuno, e aprovar, em primeira instância, as suas resoluções;

- 4.º — manter comunicação e articulação com o venerando Episcopado, em todos os setores e programas de interesse comum dos Religiosos e da Hierarquia, por intermédio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil;
- 5.º — fomentar a colaboração mais estreita com a Confederação Latino-Americana dos Religiosos (C.L.A.R.);
- 6.º — elaborar o seu regimento interno, bem como o dos Departamentos e Serviços da Conferência, e submetê-los à Assembléia, para a devida aprovação;
- 7.º — encaminhar aos respectivos órgãos da Conferência, para estudo, os problemas que ocorrerem;
- 8.º — resolver os casos omissos nos presentes Estatutos.

Art. 13.º — Compete ao Presidente:

- 1.º — representar a Conferência, ativa e passivamente, judicial e extra-judicialmente, nas suas relações com terceiros, constituir advogados e mandatários;
- 2.º — gerir a administração ordinária;
- 3.º — emitir e endossar cheques e ordens bancárias;
- 4.º — exercer o voto de qualidade.

Art. 14 — Compete ao Vice-Presidente substituir o Presidente nas suas ausências e impedimentos.

Art. 15.º — Compete ao Secretário-Geral:

- 1.º — conjuntamente com o Presidente ou isoladamente gerir a administração ordinária, emitir e endossar cheques e ordens bancárias, constituir mandatários, fazer petições e requerimentos de interesse da Conferência;
- 2.º — superintender à atividade e administração dos vários Departamentos e da Sede central da Conferência.

Art. 16.º — Compete ao Tesoureiro supervisionar a administração, de acordo com as instruções da Diretoria, elaborando os balanços e as prestações de contas que se fizerem necessários.

Art. 17.º — Aos outros membros da Diretoria se confiarão, de comum acordo, os demais encargos da Conferência.

Art. 18.º — Compete ao Conselho Administrativo dos Serviços exercer as funções especificadas no Regimento interno do mesmo.

Art. 19.º — A Conferência tem Comissões de estudo e planejamento, para estudar problemas e traçar planos dentro da linha da Conferência. Os membros, que serão Superiores Maiores, são propostos pela Diretoria e nomeados pela Assembléia. A execução das resoluções depende da aprovação da Diretoria, com direito a recurso.

Parágrafo único. As Comissões de estudo e planejamento são as seguintes:

- a) — de Formação e Disciplina religiosa;
- b) — de Pastoral e Vocações;
- c) — de Educação e Ensino;

- d) — de Assistência à Saúde e de Assistência e Serviço Social;
- e) — de Finanças.

Art. 20.º — A Conferência tem uma Comissão Executiva, que é constituída pelos Sacerdotes e Religiosos que trabalham na Sede central; seus membros são nomeados pela Diretoria, de entendimento com os respectivos Superiores Maiores, e suas atribuições são fixadas pela mesma Diretoria.

### CAPÍTULO III — DO PATRIMÔNIO E DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 21.º — O patrimônio da Conferência é constituído:

- 1.º — pelo imóvel de sua Sede central, pelo acervo de seus imóveis, máquinas e utensílios, bem como pelos bens móveis e imóveis que possa vir a possuir;
- 2.º — por donativos ou legados;
- 3.º — pelas rendas, acaso existentes, de seus bens e serviços;
- 4.º — por donativos das Comunidades associadas.

Art. 22.º — O financiamento dos Serviços e Departamentos da Conferência será feito segundo plano trienal, elaborado pela Diretoria e aprovado pela Assembléia.

Art. 23.º — Para contrair <sup>compromissos</sup> dívidas de qualquer natureza, bem como para alienar, onerar, hipotecar, transigir sobre bens imóveis, porventura existentes, o Presidente necessita da autorização expressa da Diretoria.

Art. 24.º — Nem os membros da Assembléia, nem os do Conselho Administrativo, nem os da Diretoria, nem o Presidente, nem as Comunidades associadas, respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais da Conferência.

Art. 25.º — A Conferência não remunera os membros da Diretoria, nem do Conselho Administrativo, nem da Comissão Executiva, pelo exercício de suas funções; não distribui dividendos sob forma alguma; aplica integralmente o "superavit" eventualmente verificado em seus exercícios financeiros, na manutenção e desenvolvimento das finalidades sociais.

Art. 26.º — A Conferência não responde pelos compromissos assumidos pelas Comunidades associadas, a não ser nos casos em que expressamente declarar fazê-lo, mediante instrumento idôneo, na forma das leis vigentes.

### CAPÍTULO IV — DAS SECÇÕES ESTADUAIS

Art. 27.º — A Conferência dos Religiosos do Brasil, pela sua Diretoria, com o apoio e colaboração das Comunidades religiosas associadas, organizará as Secções Estaduais.

Art. 28.º — As Secções Estaduais não se constituem em pessoa jurídica autônoma, mas se governam pelos mesmos Estatutos da C.R.B., gozam das mesmas vantagens e têm os mesmos deveres.

Art. 29.º — O quadro de organização, de atividades e de govêrno de cada Secção Estadual, será organizado pelos Religiosos do respectivo Estado, reunidos em Semana de estudos ou em sessão especialmente promovida para esta finalidade.

Art. 30.º — Cada Secção Estadual poderá redigir o próprio regulamento, ou adotar as normas comuns. A aprovação definitiva e modificação dêstes Regulamentos e Normas é competência da Assembléia da Conferência.

Art. 31.º — A Diretoria da Secção Estadual e dos seus Departamentos e Serviços será organizada da maneira que os Religiosos julgarem conveniente aos interesses da vida religiosa no seu Estado.

Art. 32.º — A Conferência dos Religiosos do Brasil, embora coordenando as atividades das Comunidades religiosas em campos de apostolado os mais diversos, integrando na mesma organização os Religiosos e Religiosas, e constituindo as Secções Estaduais, conserva a característica fundamental da unidade que Ihe foi impressa pelo Primeiro Congresso dos Religiosos que a criou.

#### CAPÍTULO V — DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 33.º — A cidade do Rio de Janeiro-GB é a sede da Conferência e de seus órgãos de govêrno, administração e execução.

Art. 34.º — A Conferência é de duração ilimitada, e só poderá ser dissolvida mediante resolução de seus membros, em Assembléia extraordinária, para isto expressamente convocada, com voto de ao menos 2/3 dos sócios presentes. No caso, a Assembléia decidirá por maioria absoluta de votos, sobre a destinação a dar ao patrimônio e bens existentes.

Art. 35.º — As determinações da Conferência terão o caráter de orientação e coordenação, de considerável fôrça moral, e por isso serão acatadas por todos os membros, no intuito de se alcançar eficaz unidade de ação.

## REGIMENTO DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DOS SERVIÇOS DA CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL

Art. 1.º — De conformidade com a carta do Emmo. Sr. Cardeal Prefeito da Sagrada Congregação dos Religiosos, (Ag. 2138/60) de 4 de junho de 1962, fica constituído o CONSELHO ADMINISTRATIVO DOS SERVIÇOS da Conferência dos Religiosos do Brasil, composto de cinco (5) membros, sendo dois religiosos e três leigos, com igual número de suplentes.

Art. 2.º — Os membros do Conselho Administrativo dos Serviços são eleitos pela Assembléia dos Religiosos do Brasil, por proposta da Diretoria, com mandato de três (3) anos, podendo ser reconduzidos ao cargo.

Art. 3.º — Não podem integrar o Conselho Administrativo dos Serviços os membros da Diretoria dos Serviços e seus funcionários.

Art. 4.º — O Conselho Administrativo dos Serviços elegerá seu Presidente um de seus membros. O Secretário do Conselho será escolhido no início da primeira sessão, por indicação do Presidente.

Art. 5.º — Compete ao Presidente convocar e presidir às reuniões ordinárias do Conselho e ainda às extraordinárias por êle convocadas.

Art. 6.º — O Conselho Administrativo dos Serviços reúne-se, ordinariamente, de três (3) em três meses, e, extraordinariamente, sempre que o Presidente, ou o Presidente da Diretoria da C.R.B., o julgar necessário. No caso de convocação pelo Presidente da C.R.B., êste presidirá à reunião.

Art. 7.º — É facultado a qualquer membro do Conselho Administrativo dos Serviços renunciar a seu cargo, dando ciência de sua vontade à Diretoria da C.R.B. com a antecedência mínima de trinta (30) dias da efetivação da renúncia. Compete à mesma Diretoria destituir qualquer dos membros do Conselho Administrativo, desde que, para êsse ato, apresente justificativa por escrito ao Conselho e comunicação ao destituído, também por escrito, da medida tomada.

Art. 8.º — A remuneração dos membros do Conselho Administrativo dos Serviços será fixada pela Diretoria da C.R.B. no início de cada período de trabalho.

Art. 9.º — Compete ao Conselho Administrativo dos Serviços:

- 1.º — examinar trimestralmente os livros, contas, documentos e papéis da Diretoria dos Serviços, bem como a situação de sua Caixa e de sua Carteira, ficando a Diretoria dos Serviços obrigada a fornecer dados, documentação e informações dos Serviços que lhe forem solicitados;
- 2.º — lavrar, no Livro de Atas do Conselho Administrativo dos Serviços, o parecer do exame procedido na forma do número 1.º deste Artigo e do número 2.º do Artigo 12.º;

- 3.º — solicitar à Diretoria dos Serviços os elementos necessários para que emita à Diretoria da C.R.B., trimestralmente, parecer sobre o andamento dos negócios, sugerindo medidas e diretrizes a serem tomadas, bem como examinar o balanço, semestralmente, aprovando-o ou negando-lhe aprovação, conforme seu entendimento, de tudo apresentando relatório à Diretoria da C.R.B.;
- 4.º — escolher, para assessorá-lo no exame de livros, inventário, balanços e contas, um Contabilista legalmente habilitado, sendo sua escolha feita e seus honorários fixados de comum acôrdo com a Diretoria da C.R.B.;
- 5.º — levar ao conhecimento da Diretoria da C.R.B. as irregularidades que porventura verificar, sugerindo providências a tomar;
- 6.º — apresentar à Diretoria da C.R.B. sugestões e orientação para o progressivo aperfeiçoamento da Contabilidade em geral e das operações econômicas e financeiras em especial.

Art. 10.º — E' vedado ao Conselho Administrativo dos Serviços delegar quaisquer de seus poderes e atribuições, não podendo ainda nenhum de seus membros fazer substituir-se a não ser pelo suplente eleito.

Art. 11.º — Os membros do Conselho Administrativo dos Serviços serão responsabilizados na forma da Lei pelis seus atos no cumprimento de suas funções.

Art. 12.º — A Diretoria da C.R.B. ficará incumbida:

- 1.º — de encaminhar cópia do relatório semestral e do parecer e relatório de que fala o número 2.º dêste Artigo, com o exame do balanço, elaborado pelo Conselho Administrativo dos Serviços, à Nunciatura Apostólica no Brasil e à Sagrada Congregação dos Religiosos;
- 2.º — de apresentar à Assembléia trienal da C.R.B. um parecer geral do Conselho Administrativo dos Serviços sobre todo o período vencido, acompanhado de um relatório sobre os trabalhos do próprio Conselho Administrativo dos Serviços.

## SUGESTÕES E CONCLUSÕES DO

### 1.º ENCONTRO REGIONAL DE MISSIONÁRIOS DO NORDESTE

Pregadores de Missões no Nordeste em número de 23, representando 4 ordens e congregações religiosas, reunimo-nos em Natal (RN) de 11 a 17 de junho de 1963, por convocação da CRB (Conferência dos Religiosos do Brasil) e do Secretariado do Nordeste da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), para o 1.º Encontro de Missionários do Nordeste.

Colocando-nos diante da realidade sócio-econômica, política e religiosa da região, debatemos em conjunto a atualidade, o conteúdo e a metodologia das missões populares integradas na pastoral do Nordeste e no Plano de Emergência do Episcopado do Brasil.

Com a presença e sob a orientação de Dom Eugênio Sales, secretário regional da CNBB, de Pe. Tiago G. Cloin, Secretário Geral da CRB e com o auxílio da equipe nacional do Movimento por um Mundo Melhor, foram debatidos em equipes restritas e em plenário os diversos temas, e chegamos às seguintes sugestões e conclusões:

#### I) Missão e Plano de Emergência da CNBB

As relações da Missão com a cura ordinária de almas na atual conjuntura pastoral, como está colocada no Plano de Emergência do Episcopado do Brasil, se esclarecem pela distinção entre restaurar a conversão para a vida cristã e restaurar as estruturas comunitárias dessa vida. A Missão, como pregação global para conversão, dá o fundamento necessário de toda a vida cristã mas de outro lado nenhuma vida cristã se mantém normalmente sem o apoio das estruturas.

Dai segue-se a necessidade da preparação da missão. Ela é indispensável porque falando em geral, os grupos a serem missionados, ou não estão em condições de receberem a evangelização (áreas quase totalmente pagânizadas que precisam ser preparadas pela penetração ambiental através de leigos, particularmente o setor operário e juvenil) ou não dispõem de estruturas pastorais que assegurem a manutenção da vida espiritual suscitada pela pregação missionária.

Outro fator que torna indispensável a preparação da Missão ou pelo menos sumamente recomendável é o fato de ser ela ocasião para o missionário colocar-se a par da situação do lugar e entrosar-se com realidade local.

Também a experiência pastoral já indica a necessidade desta preparação, pois, a missão por si só não é capaz de suscitar as transformações requeridas pelo Plano de Emergência da CNBB ainda mais por estar todo o ministério extraordinário em função do ministério ordinário.

Além disso podemos acrescentar um argumento da teologia atual que acentua os valores comunitários, Corpo Místico, sentido da Igreja e apostolado leigo.

Foi frisado que a preparação da missão aqui entendida não consiste

apenas em propaganda, mas que ela se identifica praticamente com a reestruturação pastoral indicada pormenorizadamente no Plano de Emergência da CNBB.

A reestruturação paroquial é objeto de um Plano Pastoral de conjunto, que envolve a mobilização de tôdas as forças disponíveis da Igreja e que se executa sob a iniciativa e autoridade do bispo diocesano. Na paróquia o pároco assumirá evidentemente a plena responsabilidade dessa renovação. O grande esforço dos missionários tendente à manutenção dos frutos da missão (pré-missão e post-missão) identifica-se exatamente com esta planejada reestruturação paroquial.

Reconhecemos que na atual conjuntura será necessário que o missionário eventualmente tome sôbre si algumas tarefas de reestruturação que lhe são próprias, como levantamento sociográfico, identificação de grupos, de líderes etc.

O mais importante é que desapareça a mentalidade de que a missão com tudo quanto lhe diz respeito seja uma entidade pastoral autônoma e auto-suficiente na Igreja. Havendo planejamento pastoral deve o missionário aderir plenamente ao bispo, engajando-se na execução dos planos por êste elaborados.

A própria pregação missionária deverá adaptar-se à pastoral de conjunto, por exemplo, salientando a necessidade que a opção de conversão inclua a abertura para o comunitário e o social tanto na comunhão de vida paroquial como na comunhão das realidades terrestres, especialmente pela prática da justiça social.

## II) Renovação da pregação missionária

A pregação missionária deve atualizar-se no espírito de renovação da Igreja expresso no Concílio Ecumênico Vaticano II. Consistirá essa atualização principalmente num aprofundamento da Mensagem da Salvação segundo os progressos da teologia bíblica, eclesiológica etc. e na adaptação da sua comunicação aos homens de hoje.

Concretamente sugere-se que a pregação missionária seja elaborada:

- mais em conformidade com a dimensão histórico-bíblica da Salvação;
- colocando-se mais em relêvo a pessoa de Jesus Cristo como centro de toda a salvação;
- salientando-se mais o aspecto eclesial-sacramental da salvação, continuação do próprio ministério de Jesus;
- tornando mais clara a inserção das realidades terrestres no plano divino da salvação;
- propondo os têrmos da opção de conversão de maneira mais equilibrada, dando maior relêvo ao lado positivo da salvação, sem contudo deixar de lado a apresentação do aspecto negativo: pecado e condenação;
- assumindo os aspectos apologéticos e moralizantes no único tema querigmático de modo mais positivo e preventivo.

Assim a renovação da pregação não deve consistir tanto em acres-

centar temas novos mas em ter uma visão mais completa do mistério da salvação. É uma questão de integração e não de multiplicação.

Para poder alcançar isso recomenda-se:

— estudo aprofundado do querigma como nos é apresentado especialmente na Bíblia e reflexão teológica que dê ao missionário uma visão integrada dos mistérios, em suas relações entre si;

— um esforço de reflexão sobre as misérias concretas inerentes à própria situação do homem e uma preocupação efetiva de se obter um conhecimento, o mais perfeito possível, da realidade nordestina.

Salienta-se a grande importância do testemunho externo consistindo na convicção do pregador, na manifesta vivência do mistério pregado que constitui o indispensável sinal de autenticidade divina da pregação querigmática.

### III) Criação de uma comissão missionária

A Comissão missionária deverá:

- fornecer informações a respeito da pastoral, da situação nordestina e recolher informações dos Missionários sobre Missões já pregadas ou a pregar, a fim de constituir um fichário. Fornecer bibliografia do que diz respeito à Missão;
- ser um centro de estudos para organizar cursos, encontros para missionários e outros elementos (religiosos ou leigos) engajados nas Missões; elaborar temas e esquemas com ajuda de especialistas em teologia bíblica, pastoral etc. e preparar a composição de um manual popular para as Missões;
- articular e coordenar os trabalhos das missões no Nordeste, com o Secretariado Regional da CNBB, Bispos e Superiores Maiores religiosos;
- organizar Missões gerais na região, dando preferência a áreas prioritárias em ligação com o Secretariado Regional.

Composição da comissão missionária:

- por comum deliberação propôs-se solicitar a liberação inicialmente de um missionário como coordenador dessa comissão.
- faz parte integrante da comissão um missionário de cada Ordem ou Congregação missionária, indicado pelo Superior provincial.
- incluir-se-ão também os superiores maiores ou seus representantes, ao menos como membros honorários.

Localização: recomenda-se para a eficiência da comissão que seja localizada junto ao Secretariado Regional da CNBB.

### IV) Fundação de um Instituto Pastoral do Nordeste

**Objetivos:**

- Dar uma formação pastoral atualizada e integrada na realidade do Nordeste,

- Dar às linhas pastorais da região.
- Ministrare os elementos básicos e comuns da formação pastoral, num esforço permanente de adaptação e atualização.

**Pessoal:**

Quatro elementos perfeitamente entrosados sob a direção de um verdadeiro líder.

Deve ser um pessoal especializado podendo dedicar-se com tempo integral a este trabalho.

**Currículo:**

Em princípio constará de:

- Introdução teológica.
- Teologia pastoral prática (— Palavra, Culto, Comunidade) sob tôdas as suas modalidades, ministério paroquial, penetração ambiental etc.
- Matérias auxiliares obrigatórias tratariam da fenomenologia do comportamento humano: em grupos (sociologia religiosa) e individual (psicologia aplicada).

**Localização:**

A sede seria em Recife (Pernambuco), ou Campina Grande (Paraíba) como sugestão aos Bispos e Superiores Maiores do Nordeste.

O Instituto deve ter a possibilidade de deslocar-se temporariamente às diversas áreas do Nordeste, possibilitando contato mais imediato com a realidade e dando oportunidade ao clero local para atualizar-se.

Natal, 18 de junho de 1963.

Dom Eugênio de Araújo Sales

Administrador Apostólico de Natal e Secretário Regional da CNBB.

Pe. Thiago G. Cloin

Secretário Geral da Conferência dos Religiosos do Brasil.

22 missionários presentes.

## O JUNIORATO NA FORMAÇÃO DAS RELIGIOSAS

Pe. João Corso SDB  
do Instituto Teológico Pio XI

### V — FORMAÇÃO HUMANA NO JUNIORATO — (continuação) (1)

#### II) Equilíbrio afetivo e passional

Se merece das formadoras cuidado todo especial a normalidade física e psicológica das suas formandas, como exigência prévia para a aceitação e sobretudo no tocante à sua conservação e cultivo, ainda mais atenção deverão elas prestar ao equilíbrio afetivo e passional, valor ainda mais avantajado da pessoa humana.

##### 1) Importância

Mais sensível normalmente que o homem, a mulher conta naturalmente com grande dose de afetividade e suas paixões são mais marcadamente caracterizadas por especial pujança de vitalidade. O equilíbrio afetivo e passional é assim exigência de capital importância na formação da religiosa.

Afetos e paixões em geral são riquezas indiscutíveis pois são forças naturais dotadas normalmente de grande pujança. Quem ignora, porém, que essas forças podem desviar-se? Nesse caso acabariam por inutilizarem-se, quando não também tornarem-se sumamente deletérias.

E', aliás, tão frequente a desorientação de tais forças que tem sido admitida muitas vezes como uma constante indiscutível e irreprimível, e por conseguinte consideradas como forças e fatos negativos "a priori", devendo, pois, eliminarem-se e não já serem orientados, aproveitados. Atitude por demais negativa e pessimista, atitude que não é por nada cristã.

Deverá, ao contrário, a formadora tomar providências, primeiro para controlar, individualizar êsses desequilíbrios, reais ou potenciais, presentes ou futuros, a fim de conseguir na formanda a educação para o equilíbrio, equilíbrio que lhe porá nas mãos um potencial de excepcional valor.

##### 2) Contrôle

E' normalmente também não muito difícil na vida de cada dia, mediante a observação racional das formandas, individualizar os dados relativos. E tal é um dos principais deveres de uma formadora. Poderá também servir-se de testes comprovados e equilibrados. Muito lhe valerão as informações pessoais (contanto que sejam sinceras!) da própria formanda.

(1) — Cf. Rev. da CRB 1962, n.º 87, pp. 555-571, n.º 88, pp. 621-637, n.º 89, pp. 685-687, 1963 n.º 11-21, n.º 95, pp. 265-276, n. 96, pp. 325-336.

Seria já um primeiro resultado muito positivo poder a formanda tomar bem consciência da própria situação a respeito. Seria a eliminação tão necessária das **ilusões** relativas, tão perniciosas nessa questão, pois levariam a uma natural acomodação a situações deletérias. Ninguém se corrige de defeitos sem dar o primeiro passo indispensável: conhecê-los e reconhecê-los. E o reconhecê-los já é ter percorrido boa parte do caminho para a sua correção e, no nosso caso, para o aproveitamento das fôrças desorientadas, em direção certa. E' justamente o resultado da educação da afetividade e das paixões em geral.

### 3) Educação

E' o que mais interessa. Evidentemente se trata de uma educação afetiva e passional para a vida religiosa e para cada tipo de vida religiosa concretizada em cada Instituto, pois êles podem ter mais ou menos exigências segundo suas finalidades, sobretudo apostólicas, modos de vida e tradições. Em geral, o mínimo que se exige para todos diz respeito aos compromissos dos votos religiosos nas suas consequências pessoais e sociais sobretudo da vida comum.

Os meios e métodos de ordem sobrenatural (pois a graça aperfeiçoa a mesma natureza) serão sempre indispensáveis nesse trabalho excepcional de educação da sensibilidade e das paixões da religiosa. Nunca se deverão, igualmente, desprezar as lições da experiência, mesmo se desprovida de certos rótulos multicolôres de ciência. Parece, porém, que os dados da psicologia podem, se usados equilibradamente, levar a resultados excepcionais, quer na correção dos defeitos fundamentais relativos (orgulho, egoísmo, agressividade, inveja, hipocrisia, sexualidade, irresponsabilidade), quer sobretudo na sua substituição por autênticas virtudes.

Parece-nos de capital importância sobretudo o aproveitamento da razão e vontade, num trabalho que, sendo humano, não pode prescindir das faculdades principais do composto humano.

A inteligência deve ser usada antes de mais nada na constatação da realidade de cada qual. Deverá compreender quanto antes a riqueza excepcional que em si traz a vida afetiva e passional. Deverá compreender que mesmo no caso de desvios, tais fôrças continuam a ser, enquanto tais, muito preciosas, contanto que se empenhem esforços para reorientá-las. Deverá entender ser perfeitamente possível tal reorientação e sobretudo a sua valorização sempre maior. Deve mesmo adquirir um grande otimismo, eliminando obsessões, complexos, escrúpulos e atitudes semelhantes. Mas sobretudo deverá jorrar luz sôbre a vontade, à qual, assim iluminada, cabe sobretudo imperar às paixões, dominando-as ou equilibrando-as oportunamente. E' claro que não se poderá prescindir do exercício cotidiano, constante, peculiar da virtude em vias de consolidação, mas êsse mesmo exercício se tornará muito fácil pela firmeza de uma vontade iluminada.

A modo de exemplo: como é fácil encontrar-se uma alma consagrada a Deus desanimada ou quase derrotada, só porque sente certas dificuldades e porque não sabe distinguir o sentir do **consentir!** E quantas vêzes, mesmo

que saiba dessa diferença, como não se concentram os seus esforços de reação não já no querer mas sim na mera sensibilidade pela pretensão de eliminá-la!

Quantas vezes se encara o amor-próprio como uma força meramente negativa, também quando êle nos forneceria tanta força construtiva para a virtude!

Distinguimos de propósito a afetividade das demais paixões pelo seu grande valor na vida religiosa feminina. Essa sensibilidade é uma das suas forças dominantes. No entanto não desconhecemos que ela bem pode apresentar-se com os conhecidos desvios de direita e esquerda por excesso ou por defeito, nas simpatias e antipatias que poderiam querer desembocar naturalmente nas amizades particulares e nas inimizades. Pois bem, quantas almas se torturam só porque sentem simpatias ou antipatias, às quais no entanto não deixam de pôr os justos limites. Quanto mais tranquilidade não teriam e quanta força a mais, se não se perturbassem assim inútilmente com o simples sentir, mas tratassem da sua valorização sobretudo pela caridade que, mediante a fé, transforma miraculosamente a todos em Deus e só em Deus infinitamente digno de ser amado.

E', aliás, preciso lembrar aqui que justamente na sensibilidade que lhes é natural, encontrarão as religiosas impulsos excepcionais para a sua vida de consagradas, de modo particular no apostolado. O Pe. Gaston Courtois insiste na sua valorização sobretudo para a formação da **mentalidade maternal** pois "se o Senhor pediu às religiosas a renúncia a uma maternidade segundo a carne, foi justamente para oferecer-lhes uma desmedidamente mais bela, a maternidade segundo o espírito, prolongamento da maternidade de N. Senhora. A mulher foi feita para ser mãe; e isso é para ela uma condição de equilíbrio e de realização. O espírito maternal autêntico, a caridade que se doa, eis o que vai equilibrar e realizar a alma religiosa" (2).

### III) Personalidade humana

Acabamos de falar que o equilíbrio afetivo e passional deve conseguir-se sobretudo com a razão e a vontade. Razão e vontade livre são os valores humanos por excelência, os constitutivos da personalidade humana. A formação da personalidade é o objeto principal da formação humana, é o resumo da mesma (3). E' a valorização das faculdades humanas específicas, às quais cabe o domínio sobre os sentidos e suas operações e o seu controle (4).

(2) — Mission de la Religieuse dans le monde d'aujourd'hui, Abbé Gaston Courtois, p. 49, 3.

(3) — Cf. M.I. Sr. D. José de Estupiña, Formação de la personalidad humana, p. 188-200, em Actas del Congreso Nacional de Perfección y Apostolado, Madrid, 1956-1957. Excelente artigo que diz respeito a vários aspectos da formação humana.

(4) — Gostamos de dizer que o preceito divino dado ao homem para que "dominasse a terra", aplica-se sobretudo ao domínio que, pelas facul-

### 1) Equilíbrio intelectual ou da razão

A rainha das faculdades humanas é a razão. O homem se define como animal racional. A nossa inteligência cabe o papel fundamental de jorrar luz sobre todos os nossos atos. Assim, a vontade só operará humanamente se for iluminada pela razão. É preciso, pois, antes de tudo valorizar o conhecimento, sobretudo o auto-conhecimento, o conhecimento profundo do próprio eu, de todas as nossas energias, do modo como reagimos à realidade que nos cerca.

Quanto interessa então na formação humana exercitar-nos ao julgamento sempre **reto** dos homens e das coisas. Como é básica uma certa **firmeza** de juízo, justamente porque bem alicerçada na retidão que lhe deve ser peculiar. Como é triste e deletério, ao contrário, ver certas personalidades falhas pela falta dessa **retidão** e **firmeza** de juízos.

Em pequena ou grande escala toda a religiosa terá a responsabilidade de tomar decisões pessoais. Ora, decisão significa firmeza, segurança. Para tanto deve ela ser educada.

Terá facilitada tal educação à firmeza se já tiver certa dose de **bom senso**, qualidade aliás absolutamente indispensável numa religiosa.

E tal bom senso, que não é tanto questão de ciência quanto de sabedoria, que é questão de concretização da verdade, que é questão de prática de vida, não encontra ambiência muito favorável para medrar na juventude atual, por demais envolta em divertimentos, distrações, bem-estar, quando não também em levandades e molezas. As formadoras são unânimes na constatação dessa deficiência de nossos tempos. Mas as jovens que vêm à vida religiosa não têm, em geral, má vontade, antes estão dispostas a colaborar seriamente na própria educação ante a constatação das próprias deficiências também nesse campo. Poder-se-ão, porém, esperar os piores absurdos na vida de comunidade, de apostolado, na mesma vida religiosa e até na vida cristã, se for descurada essa educação do bom senso.

São, por fim, **defeitos** perniciosos relativos ao equilíbrio intelectual e da razão, que se devem absolutamente eliminar, o conformismo, o egocentrismo, a hiper crítica. O conformismo, fácil de se encontrar na vida de comunidade, que bem o pode favorecer, é o mesmo que impessoalização, abstenção de juízo, aceitação cega de tudo, e até apatia intelectual ou de juízo, que podem ter as piores consequências na vida religiosa pessoal, comunitária e apostólica. É preciso, com práticas oportunas, com certa quebra equilibrada da rotina de uma organização perfeita (condição indispensável, aliás, de formação) despertar a personalidade das formandas, obrigá-las a fazer julgamentos o mais criteriosos possível, numa palavra responsabilizá-las pelos próprios atos que, com serem humanos, devem ser antes de mais nada racionais.

---

dades mais nobres, inteligência e vontade, deve o homem exercer sobre o microcosmos dos seus sentidos e paixões, Cf. Gên. I, 28.

Opõem-se ao conformismo o egocentrismo e a hiper-crítica, defeitos que de per si se evidenciam, e que devem ser corrigidos com a formação para a sociabilidade e para a crítica moderada e construtiva dos homens e das coisas.

## 2) Vontade sã

Se, como intelectualistas, não duvidamos em afirmar o primado da inteligência sobre a vontade, nem por isso menosprezamos a importância da vontade no ato humano, na vida humana, na formação da personalidade. Bem pelo contrário, sabemos perfeitamente que o ato humano não pode prescindir do voluntário e, no tocante à personalidade, bem entendemos que ela toma realmente consistência e afirmação justamente pela retidão e decisão do querer.

A **retidão** do querer é a capacidade da vontade de nunca prescindir da luz que lhe fornece a inteligência, de se submeter sempre dócil ao veredicto da consciência, último juiz da moralidade dos nossos atos. A retidão do querer procura seriamente fugir da ignorância, eliminar as dúvidas. A retidão abomina as auto-ilusões. A retidão tende a amar decididamente a verdade e o bem.

A retidão do querer que ama decididamente o bem passa naturalmente a ser **decisão**, firmeza de vontade, que não se contenta com aprovar e amar teoricamente o bem mas o realiza de fato e a qualquer custo.

Ninguém ignora que uma das deficiências mais frequentes dos mais variados temperamentos é justamente essa falta de constância, de persistência no querer e sobretudo no querer o bem. Sabemos, aliás, pela revelação, que é uma das piores consequências do pecado de origem. Doutra lado todos estão convencidos de que a perseverança é a virtude que coroa todas as virtudes, e que sem ela todas as virtudes desfalecem.

Todos os esforços, pois, dirigidos à consolidação do querer são esforços de capital importância na formação da personalidade. Costuma-se mesmo apelidar de pessoa de **caráter**, aquela que sabe querer e querer sempre sem desfalecer. E tal caráter firme que vem a ser justamente um temperamento bem formado, exige naturalmente exercícios decididos e constantes.

Os tempos em que vivemos não favorecem muito tal formação. Aplica-se aqui quanto acabamos de dizer no número anterior falando sobre o bom-senso. É que os progressos fabulosos dos últimos tempos, em vez de levar-nos a fazer muito e muito mais em menos tempo, jogam-nos facilmente nas garras do comodismo, que com as desculpas das facilidades desses mesmos progressos, dá ao esforço a tarefa mínima possível e se contenta com o meramente suficiente, sobretudo no tocante à prática da virtude, à conquista do saber, ao cumprimento da lei. É esta uma das mais tristes marcas dos tempos em que vivemos, de que não costumam estar imunes as candidatas e religiosas jovens, justamente porque filhas do seu tempo. E se não se retificar esse desvio ele se projetará perniciosamente na mesma vida religiosa.

Todo o esforço, pois, deve ser feito nesse sentido. Esforços para con-

vencer, com a razão, da beleza da virtude em busca de metas sempre mais elevadas; para convencer da suficiência da nossa vontade valorizada em sua plenitude; para animar também em razão do prêmio. Deve haver compreensão para com as fraquezas, amparo às mesmas com o fito bem decidido da sua eliminação. Dever-se-á muitas vezes exigir persistência, animar à renúncia, ao sacrifício. Certos esforços também de ordem física, por exemplo em esportes, em competições, tem grande valor formativo. De modo particular faz-se mister abominar a moleza e a exagerada indulgência, que só servem para desfibrar os caracteres, enfraquecer a vontade.

### 3) Responsabilidade

Um dos principais resultados da conjugação do equilíbrio intelectual com uma vontade sã é a responsabilidade, cujo sentido e exercícios devem ser seriamente inculcados às jovens formandas, dados os compromissos pessoais, sociais e apostólicos da vocação religiosa.

O amor ao realismo nos leva uma vez mais a uma constatação negativa do mundo atual. Há nos nossos dias grande escassez de sentido de responsabilidade. Falta-se por demais à palavra dada. Dir-se-ia que a semântica da palavra "compromisso" variou grandemente pois qualquer dificuldade parece justificar o menosprêzo aos mesmos. O dever perdeu a sacralidade que lhe deveria ser peculiar e facilmente é esquecido, quando não desprezado. Com a mesma facilidade com que se tomam compromissos e se empenha a honra também se tomam atitudes que nada têm de honrado. E ao se pedirem contas, ao se vergastar a falha que tão péssimas consequências originou, tudo é pretexto, tudo é justificativa plena para a falta admitida.

Fácilmente, pois, podem as formandas estarem insensivelmente contaminadas com mais êsse mal dos tempos. Daí a necessidade de despertar-lhes êsse **sentido** da responsabilidade. E' preciso dizer-lhes que o dever, mesmo sob o ponto de vista humano, é a sùmula das obrigações para com Deus, e para com a sociedade. Sobretudo, porque normalmente o dever tem essas projeções sociais e concatena-se com tãda a vida social em âmbito mais ou menos amplo, deverão convencer-se do pêso que a responsabilidade lhes põe aos ombros em base a êsse mesmo fato. Mais que convencer-se... deverão sentir êsse pêso, querer levá-lo com responsabilidade. — Faz-se mister incutir-lhes a compreensão da excelência da fidelidade à palavra dada, a qualquer custo; e o desprezo, antes a repugnância mais viva para com a irresponsabilidade, as capitulações, as leviandades, o esquecimento tão frequentemente aduzido como pretensa desculpa ou álibi universal.

Elas deverão compreender que a simples vida de comunidade e, ainda mais, amplos e sérios apostolados que lhes serão entregues muito cedo, exigem dela, a qualquer custo, êsse sentido e essa vida de responsabilidade. Deverão, portanto, reconhecer suas eventuais deficiências e dócilmente submeter-se aos **exercícios** peculiares.

Já falamos dessa formação para a responsabilidade sobretudo no Ju-

niorato, que deve ser o tempo do seu amadurecimento (5). Aí também fizemos compreender que é prática fundamental, em função da mesma, o espírito de iniciativa, tão importante para o apóstolo, e que mesmo vem a ser uma potenciação da responsabilidade. Taxativamente lembramos que não se trata de espírito de independência ou de revolução. Bem pelo contrário frisamos ser sua medida certa a **obediência**.

Dentro, porém, da obediência, desde cedo é preciso recorrer às mais variadas práticas e exercícios que despertem as futuras religiosas ou apóstolas para a sua ponderosa tarefa. Entregar-se-ão a uma jovem chaves que só poderão ser usadas nos momentos devidos mas que a farão responsável pela pontualidade do seu uso para o bom andamento da comunidade. A outra se confiará a regulação dos horários mediante os sinais convencionais. Ela só poderá fazê-lo na hora oportuna e com precisão; não terá veleidades arbitrárias e ao mesmo tempo saberá depender dela a regularidade da observância da vida comum enquanto depende desses sinais de horário. A uma terceira dar-se-á, por exemplo, a responsabilidade da organização de um recreio, a outra de uma representação, a mais outra um trabalho extraordinário, etc. Todas deverão prestar contas de todo o seu dever cumprido o mais perfeitamente possível.

Haverá deficiências, haverá fraquezas. Deverão ser individuadas, reconhecidas, também perdoadas, mas decididamente eliminadas pelo esforço conjunto da formanda e formadoras.

É preciso reconhecer que a casa de formação pode às vezes oferecer ambiência não muito favorável para essa formação da responsabilidade. Assim a grande divisão dos pequenos ônus, a organização, a pontualidade e abundância das refeições, a facilidade para se ter o necessário, etc., poderia levar a formanda a **acomodar-se** a esse verdadeiro bem-estar e esquecer-se, por exemplo, que êle lhe é oferecido para que possa dedicar-se **intensamente** à sua formação; que suas irmãs na vida ativa estão a consumir-se no trabalho para lhe oferecer toda essa abundância de meios de formação; que no mundo tanta gente que não professou perfeição religiosa, mesmo pessoas de certo modo abastadas, têm que empenhar-se seriamente o dia inteiro para se sustentarem discretamente ou manterem a própria posição, conquistada com tanto sacrifício. E não nos admiremos então se em idênticas idades, às vezes com muito menos estudo e formação, uma jovem no mundo demonstra mais amadurecimento para a responsabilidade do que uma jovem religiosa. Tal defeito existe muito de frequente. Faz-se mister reconhecê-lo, faz-se mister corrigi-lo, faz-se mister tornar realidade o contrário, que também, graças a Deus e a uma oportuna formação, se pode constatar em jovens religiosas equilibradas e cheias de responsabilidade, obedientes e senhoras de si, elementos excepcionais, verdadeiras riquezas dos Institutos que as souberam preparar tão bem, que souberam obviar aos perigos mais comuns na formação da personalidade.

---

(5) — Cf. Rev. da CRB, n.º 89, 1962, p. 688 s, 2).

#### 4) Perigos

Já viemos indigitando várias deficiências encontradiças na personalidade das formandas, desfavoráveis, portanto, à formação de uma autêntica personalidade humana, em função de uma formação religiosa integral.

Mas, com Pio XII, comentado por Gaston Courtois, é bom repisarmos certos outros defeitos que a podem deturpar perniciosíssimamente e que, por certas circunstâncias, encontram-se às vêzes concretos na vida das religiosas.

a) **Complexo de afastamento** — A vida de comunidade nos diz Gaston Courtois (6), que traz consigo tantas vantagens, pode favorecer também defeitos perniciosos, como o de um certo perigo de nos retrairmos sôbre nós mesmos, quer sôbre o nosso pobre eu individual quanto sôbre o coletivo, sôbre os pequenos problemas e seus detalhes; perigo de nos fazermos centro do mundo e de esquecer as realidades terrestres em que se debatem nossos pobres irmãos, aos quais temos por missão transmitir em sempre maior escala um Evangelho assimilável, ao seu alcance.

A alma religiosa só merece tal nome se se preocupar vivamente por essa como que Incarnação da Palavra Divina nos seus irmãos necessitados. Ela deve, nos diz Pio XII, na medida do possível mas sempre mais amplamente, voltar-se a tôdas as suas necessidades. Ela deve conhecer todos os seus problemas para dar-lhes a solução devida. Ela deve conhecer os progressos do mundo em que vive. Ela deve conhecer os grandes problemas da humanidade e por tudo interessar-se vivamente. E' claro então que, com essa abertura de visão das coisas, não se amesquinhará com os pequeninos problemas seus ou de seu grupo, mas terá uma alma amplamente aberta para as grandes realidades do mundo em que vive.

b) **Complexo de infantilismo** — Pio XII se refere implicitamente a tal complexo, e o reprova em certas comunidades, resultado de formação defeituosa para a obediência, que desrespeita a personalidade humana. A obediência, livre adesão, por amor, da vontade humana à vontade divina, manifestada pelas Regras e pelos Superiores, não é o aniquilamento da vontade, nem a eliminação ou inibição, antes, o desenvolvimento, dentro da ordem, da iniciativa e do sentido de responsabilidade (7).

A vida religiosa não deve eliminar os valores humanos antes aprimorá-los. — Como então acontece tantas vêzes que candidatas cheias de iniciativa, responsabilidade e coragem nas fileiras do apostolado leigo, depois de um certo tempo de formação ou vida religiosa, tornam-se hesitantes, tímidas, incapazes de tudo? E' justamente porque foram deformadas por falsos sistemas de formação à obediência, em que se eliminam totalmente a iniciativa e a liberdade. Outras vêzes, por excesso de apoios, por serem excessivamente mimadas, acabam por se tornarem pueris.

As péssimas consequências dêsse infantilismo são patentes sobretudo na vida apostólica, mas não deixarão de terem suas consequências também

(6) — Mission de la Religieuse, p. 41.

(7) — Gaston Courtois, o. c., p. 44.

na vida religiosa pessoal e de comunidade. Resultam personalidades superficiais, duvidosas, escrupulosas, amarradas, perniciosamente desprovidas, daquela santa liberdade dos filhos de Deus tão própria dos santos. E quantas forças perdidas, que organização ineficiente ou ao menos massacrante para a superiora responsável de dar licenças ou ordens para tôdas as coisas mais comezinhas, mais rotineiras (como seria o cardápio de cada refeição!...) de uma vida de comunidade. Parece que um bom govêrno não significa **fazer tudo**, mas sim ter o dote excepcional de **fazer fazer**, distribuindo responsabilidades e dirigindo a sua realização, deixando muito sobretudo, sempre dentro da obediência, às iniciativas pessoais.

No tempo de formação, pois, dever-se-ão amadurecer oportunamente as formandas para as responsabilidades futuras com a eliminação do infantilismo que elas tragam naturalmente em si ou não permitindo que surjam por causa de métodos defeituosos de formação.

c) **Complexo de superioridade** — Na mesma vida religiosa pode-se encontrar também êsse defeito muito pernicioso; certo orgulho farisáico individual ou coletivo, verdadeiro complexo de suficiência, de superioridade; fruto até da constatação da superabundância de favores com que Deus cumula seus eleitos.

As vêzes, em razão de certos hábitos ou tradições de vida religiosa um tanto artificial, tal complexo ou ao menos as aparências do mesmo se manifestam clamorosamente em atitudes estereotipadas de pseudo-supercriaturas que sobrepassam solenemente sôbre as demais! Tais modos sempre, mas sobretudo nos nossos tempos, desagradam demais e acabam por se tornarem obstáculo para tantas realizações mais perfeitas de ordem individual e social.

"Evitai, diz Mons. Ménager citado por Gaston Courtois, tôda a manifestação de superioridade: a atitude daquela que sabe, que tudo viu, que tudo entende, que dá lições, desperta quase que automaticamente uma oposição psicológica instintiva.

Nós temos necessidade de purificar nossa vontade: tudo o que poderia parecer vontade de influenciar, vontade de poder, autoridade exterior que se impõe ou manifestação de egoísmo que faz centro em vez de servir, terá a mesma influência nefasta.

Ao contrário, tudo o que é amor verdadeiro, total, desinteressado, universal (amor pelos mais simples), estima sincera de todo e qualquer interlocutor, discreção, respeito da liberdade, mas ao mesmo tempo lealdade na afirmação daquilo que se é e daquilo que se pensa, tudo isto põe em situação favorável de testemunho e de evangelização porque favorece o contacto pessoal, simpático, com todos os meios sociais" (8).

Antídoto dêsses defeitos são a formação de uma mentalidade aberta, de uma mentalidade de universalidade, de uma mentalidade verdadeiramente "maternal".

Trata-se de saber fazer a formanda abrir-se para tôdas as realidades

(8) — Mission de la Religieuse, p. 46, 3.

que a cercam, de ouvir e dar a devida atenção a quantos lhe falam, de reconhecer todos os valores que se derramam fora de nós mesmos, do nosso grupo, do nosso pequeno mundo, e que se encontram nas mais variadas longitudes e latitudes. Trata-se aqui de abrir-se a formanda para uma mentalidade verdadeiramente **maternal**, não já para a **maternalística** ou à de **madrasta** (9), para aprender **dar-se** inteiramente segundo a grande vocação apostólica a que se destinam normalmente as religiosas.

Tal vocação apostólica em especial, mas a mesma vida religiosa comunitária também, exigem ainda nesse esforço de formação humana, mais um retoque de excepcional importância: a formação para a sociabilidade.

#### IV) Sociabilidade

É claro que os precedentes itens da formação humana levarão de per si a formanda a aprimorar-se em tão importante faceta dessa mesma formação humana. Mas faz-se ainda mister uma preocupação específica para com a mesma, que pode definir-se como a virtude pela qual sabemos viver convenientemente em sociedade. Fazem parte da sociabilidade, o aprimoramento do porte externo, as boas maneiras, a benevolência, o trato social.

##### 1) Porte externo

A altura da vocação religiosa exige dos que a seguem também uma apresentação externa condizente com a mesma. Todo o conjunto das qualidades humanas que exigimos na religiosa deveriam manifestar-se socialmente antes de tudo por um porte externo nobre, perfeito.

Sem exageros, antes com muita simplicidade e humildade, pois não se trata de "vedetismo" ou coisa que lhe equivalha, o modo de estar de pé, sentada, de caminhar, de falar, de gesticular, etc. das religiosas, devem processar-se com tal graça, nobreza, seriedade, comedimento, que a tornem realmente agradável, simpática a quem quer que dela se aproxime, e lhe dê mesmo a capacidade de atrair para levar a Deus.

Isso tudo que parece tão óbvio pode encontrar dificuldades diante de certa mentalidade errada, segundo a qual uma pessoa dedicada a Deus deveria desprezar tudo o que mesmo de longe poderia minimamente parecer mundano, mentalidade que diametralmente se opõe à "concepção católica que aceita com gratidão tudo o que é naturalmente verdadeiro, bonito e bom, porque é a imagem da verdade, da bondade e da beleza divinas" (10). Ou, hoje mais frequentemente, de outra mentalidade segundo a qual é mais moderno (!?), é mais eficiente no apostolado, descermos à indiferença absoluta no tocante a êsse cuidado pelo porte externo, a certas práticas triviais que se queríamos chamar de populares mas que, mais acertadamente, se deveriam atribuir aos que vivem por própria culpa na ralé, e como a ralé.

Lembre-se muito às formandas que elas, já distinguidas por um hábito

(9) — Gaston Courtols, o. c., p. 47, I.

(10) — Pio XII, *Atti e Documenti del primo Convegno internazionale delle Religiose educatrici*, p. 340.

ou algo de equivalente, têm uma singular responsabilidade coletiva e que, normalmente, são julgadas não na sua simples individualidade, mas como parte da coletividade, como a mesma coletividade, e até como Igreja!

### 2) Boas maneiras (11)

Nem sempre o ambiente social em que viveram as candidatas à vida religiosa foi favorável a uma perfeita formação dos hábitos da boa educação. Nem costuma ser escola da educação das boas maneiras a imprensa, o rádio, a televisão. Há uma mentalidade errada a êsse respeito que, querendo ridicularizar os exageros relativos, acaba por fazer passar ao defeito oposto. A rotina da vida comum pode levar-nos a certos descuidos no tocante à mesma. E no entanto, pelas razões aduzidas no número precedente, bem sabemos como é importantíssimo o aprimoramento das boas maneiras em uma religiosa.

Não pode faltar a aula de civilidade numa casa de formação, não pode faltar o contrôlo oportuno da sua prática diária a fim de se individuarem eventuais defeitos e corrigi-los, a fim de se afinarem os bons hábitos.

De modo particular instile-se a convicção bem profunda de que a "urbanidade é a fina flor da caridade" e que é uma condição indispensável para a eficiência apostólica (12).

### 3) Benevolência

É o resultado conjunto mas perfeitamente individuado do porte externo e da urbanidade. É virtude por demais necessária na vida de comunidade. É um pressuposto indispensável da caridade que exige a eliminação de egoísmos, de rancores, que exige muita humildade, paciência, abnegação.

Ela faz dos que a possuem elementos altamente construtivos da convivência social agradável, que deveria ser a nota característica das casas religiosas, à imitação da vida dos primeiros cristãos narrada nos Atos dos Apóstolos (13).

Já nos referimos ao apostolado da alegria, do são bom-humor. Que merecimentos excepcionais não têm essas religiosas que o derramam ao seu redor e com êle contagiam a quantos as cercam!

### 4) Trato social

Faz-se mister, por fim, endereçar tôdas essas boas qualidades que nos fornece a sociabilidade para um trato social a um tempo desenvolto e modesto, que tanto exorna a religiosa bem formada, e que faz dela imã poderoso para levar as almas para Deus (14).

Parecem totalmente anacrônicas certas atitudes excessivamente reser-

- 
- (11) — Estatus Anexos à Const. Apost. "Sedes Sapientiae", art. 35 3, 2.º;  
 (12) — Quantas vêzes ouve-se a queixa de que esta falta de bons modos foi a morte de um germe de conversão ou da última amarra que prendia certas almas à Igreja. As queixas por demais frequentes a respeito deveriam alarmar os formadores e levá-los a tomar decisões a respeito.  
 (13) — Atos II 42 ss.  
 (14) — Const. "Sedes Sapientiae" n.º 23.

vadas, medrosas, desengonçadas, com que a literatura caracterizou, no passado (e às vezes no presente) religiosos e religiosas. Há muita mentalidade errada no nosso povo no que concerne à vida social dos eclesiásticos e religiosos, que o mantém afastado dos mesmos. Sem trivialidades, é claro, faz-se mister desfazer tais preconceitos. Muitas vocações, inclusive, podem depender (pois Deus faz questão das causas segundas) dessas atitudes equilibradas, mas também abertas, alegres, simpáticas, de quem transborda a satisfação de viver uma das mais sublimes vocações.

### c) A formação humana específica do Juniorato

Como conclusão deste artigo sobre a formação humana, que de propósito quisemos fôsse extensivo a todos os graus da formação, convém frisarmos a sua grande importância também para o Juniorato, indicando certos pontos principais que mais lhe dizem respeito.

Podem bem acontecer, antes, deveria ser normal que ao passarem para o Juniorato tivessem já as novas religiosas excelente formação humana. Será então questão de aprimorarem sempre mais, atendendo sobretudo a quanto mais diz respeito à formação específica do Juniorato, a saber, a formação para o apostolado.

Mas pode também acontecer que se encontrem falhas e até falhas gravíssimas na mesma. Então não se poderão medir esforços para pôr cõbro a tais deficiências antes que se tornem crônicas e incorrigíveis.

Atenção especial há de prestar-se no Juniorato para quanto diz respeito à formação da Personalidade, máxime ao que respeita à responsabilidade. As Junioristas começam a exercer responsabilidades; prestes serão sobrecarregadas das mesmas em nome da Igreja, já que o seu apostolado é oficial. Os tempos exigem uma multiplicação das poucas religiosas com que podemos contar para os trabalhos tão ingentes que as esperam. Tal multiplicação se conseguirá em grande parte com a excelência da formação humana ministrada e assimilada segundo os diversos itens até aqui apresentados.

(seguirá o último artigo sobre a formação das Junioristas: formação apostólica).

## OS JUDEUS NA CATEQUESE E NOS MISSAIS DO BRASIL

Pe. Bertrand de Margerie S. J.

No decorrer dos últimos anos, numerosas entidade israelitas, ao manifestarem sua profunda gratidão pelas intervenções de Pio XII e de João XXIII, que salvaram numerosas vidas judias durante a guerra, exprimiram também um desejo: ver os católicos procederem a uma revisão de certas formulações catequísticas ou litúrgicas suscetíveis de ocasionar o nascimento ou o fortalecimento de sentimentos anti-semitas.

Tal desejo já foi em parte satisfeito no plano litúrgico e na catequese européia. Animada por esta atitude compreensiva tão consoante com os fins do II Concílio do Vaticano, a Diretoria da Confederação das Entidades Representativas da Coletividade Israelita do Brasil entregou um memorial sobre tão importante assunto a Sua Eminência Dom Jaime de Barros Câmara, arcebispo do Rio de Janeiro e presidente da C.N.B.B., a 31 de julho de 1962.

Recebeu de S. Eminência, a referida Diretoria a seguinte resposta, datada de 1.º de agosto de 1962, que transcrevo com a graciosa licença do egrégio Purpurado:

“Ao agradecer a visita dos Representantes dessa Coletividade, visita em que me foi entregue, ontem, um bem elaborado Memorial, tenho a satisfação de lhes responder, afirmando que o espírito do Segundo Concílio Vaticano coincide, no tocante ao assunto, precisamente com os desejos manifestados no referido Memorial.

Aliás, o procedimento dos últimos Pontífices Romanos tem fornecido aos Israelitas as maiores provas de compreensão e benevolência.

Se a disseminação de suas recomendações ainda não atingiu a reforma dos catecismos e outros órgãos de divulgação, isto se deve à morosidade natural das reformas, como sucede em outros setores da vida da Igreja e dos povos.

Da minha parte, só desejo cooperar com a Santa Sé neste como em todos os pontos.

Creio haver, com estas palavras, expressado suficientemente, e quanto a mim compete, a receptividade que dei aos pontos de vista contidos no documento que ontem me foi entregue.

Sem mais, com tôda a consideração, subscrevo-me

(ass.) Jaime Cardeal Câmara, Arcebispo do Rio de Janeiro”.

Pensamos satisfazer os desejos convergentes da Santa Sé, do Episcopado Brasileiro e da Coletividade Israelita no Brasil, ao oferecermos aos nossos leitores um estudo sobre os pontos criticáveis e corrigíveis da nossa

catequese e dos nossos missais no tocante à forma de apresentar os Judeus e sobre o problema bíblico-litúrgico da tradução da palavra "judeu" nestas obras; depois proporemos o esquema dum inquérito de sociologia religiosa acêrca do assunto. Nosso trabalho é um simples esbôço, um encorajamento para que outros, mais competentes, o completem. Fomos movidos a compô-lo por nosso duplo, ardente e indissolúvel amor pelo Israel de Deus, que é a Igreja Católica, e pelo "Israel segundo a carne", como dizia São Paulo.

### I — Pontos criticáveis e corrigíveis

Embora os livros de catequese no Brasil, como alhures, nunca tenham tencionado veicular o antisemitismo, algumas omissões ou afirmações e generalizações contribuíram para fortalecer preconceitos já existentes.

A principal omissão, bastante freqüente, consiste em não dizer explicitamente que Jesus, Maria e os Apóstolos eram todos Judeus. Nos mesmos livros, afirma-se, porém, e em geral sem distinção nenhuma, que Jesus foi condenado pelos Judeus. O resultado psicológico dêste modo de proceder é patente: aos olhos dos alunos que utilizam tais manuais, os Judeus assumem um papel e uma coloração pura e exclusivamente negativas.

Para mostrar que não estamos inventando, vamos citar alguns exemplos. Depois de aludir a um catecismo estrangeiro, considerado como um modelo e cuja tradução portuguesa conhece um inegável êxito, analisaremos sobretudo alguns manuais de origem nacional.

No "Catecismo Católico dos Bispos da Alemanha" (Herder, S. Paulo, 1958), lemos, pp. 58-59, uma explicação bastante boa que mostra como o Filho de Deus foi rejeitado pelos **chefes** do povo escolhido, mas, aparentemente, não sublinha que foi aceitado por uma minoria dêste povo.

O Padre Spirago, num "Catecismo escolar e popular", XI edição, editôra SCJ, Taubaté, SP, não diz claramente que Jesus era Judeu, mas afirma claramente no fim do § 102, p. 57: "os fariseus e legisperitos judaicos odiaram a Jesus e perseguiram-no, porque Ele lhes reprendia públicamente os erros". A honestidade manda dizer, contudo, que, embora muito sumária e bastante extrínseca, a descrição que o Autor faz da religião judaica é exata. "As suas doutrinas e leis estão contidas no Talmude. Para nós cristãos, êles são de grande importância, porque guardam ciosamente as S. Escrituras, que dão testemunho do Salvador" (§ 148, p. 76: "êles" refere-se aos Judeus). Não há nenhuma carga afetiva e negativa nesta frase.

De maneira semelhante, Mons. Joaquim Antônio Netto, no seu "Manual de Religião" (1.ª série ginásial, 5.ª ed., editôra Brasil) escreve, p. 52: "Os Judeus queriam que (Jesus) fôsse condenado à morte", sem nenhuma alusão aos Judeus que não queriam isso! Nada indica explicitamente no livro que Jesus era Judeu. Uma referência à "Judéia" é uma alusão demasiado sutil para o aluno ordinário: não tira a carga puramente negativa da palavra "Judeus" no livro. É justo sublinhar que o mesmo Autor, num outro livro (para a 4.ª série ginásial, 4.ª ed., editôra Brasil, 1954, pp. 51-52) oferece ao leitor uma descrição das cerimônias judias na Última Ceia. Também, no manual da

segunda série (5.<sup>a</sup> ed., 1954, p. 84) o Autor apresenta uma descrição melhor da Paixão e do papel de alguns Judeus nela. Contudo identifica aparentemente os Judeus com os pontífices e doutores da lei.

Chegamos aos livros de meu ilustre amigo, Mons. Negromonte, o benemérito apóstolo da renovação catequética no Brasil, à qual dedicou com tanto êxito 40 anos de vida sacerdotal. Como os outros aos quais me referi até agora, Negromonte nada tem dum anti-semita, muito pelo contrário: mantém relações amigáveis com vários israelitas. É de acreditar que, como os seus predecessores, êle repetiu mecânicamente alguns "clichês" estereotipados quando, por exemplo, em nenhum dos capítulos de "Meu Catecismo" (3.<sup>o</sup> ano primário, José Olympio, 1953, 9.<sup>a</sup> ed.) êle informou seus alunos de que Jesus, Maria, José, os Profetas e os Apóstolos eram Judeus, mas (p. 47) sublinhava que "os (sem nenhum matiz) Judeus queriam matar a Jesus". O mesmo diga-se do livro de Negromonte para o segundo ano primário ("Meu Catecismo", 5.<sup>a</sup> ed., p. 61, 1950): "Os Judeus prenderam N. Senhor... Era Deus. Podia matar todos êles com uma palavra só... Nem (Jesus) teve raiva dos Judeus". Não se diz que os Romanos também tiveram a sua parte na morte de Jesus: lastimável unilateralismo. E, no livro inteiro, não há uma só alusão a Jesus como Judeu, mesmo quando se trata da vinda até nós do Salvador (p. 22). O verdadeiro pensamento pessoal de Mons. Álvaro Negromonte, amigo dos Judeus, aparece em outros dos numerosos livros que escreveu: quando êle recomenda o livro de Willam, "a vida de Jesus no país e no povo de Israel" (recomendação contida no volume intitulado "A doutrina viva", Olympio, 1950, p. 72) ou pelas alusões aos judeus nas pp. 67-69 do mesmo livro; ou quando apresenta Maria como Judia (ibid., p. 70). Ainda, em "Meu catecismo" (4.<sup>o</sup> ano primário, Olympio, 1950, 5.<sup>a</sup> ed.) o preclaro Autor valoriza o Antigo Testamento e insinua, sem o dizer claramente, que Jesus era judeu: "A Bíblia traz a história do povo judeu, inclusive a vinda de Jesus Cristo" (p. 5). Mas na 10.<sup>a</sup> edição a preciosa insinuação desaparece completamente...

Ao oposto da tendência até agora apontada, outros autores preferem não dizer explicitamente que alguns dos agentes da morte de Jesus eram Judeus como Êle: por exemplo, a falecida e admirável Madre Teresa de Cristo Lézier, O.S.U., cita longamente os Evangelhos e consegue não aludir aos Judeus ao descrever a Paixão, mas fala dos Sacerdotes e dos Anciãos ("A Caminho do Pai", Agir, 1961, pp. 42-5); nos planos de catequese de Ribeirão Preto (Filhos de Deus, Doutrina, 2.<sup>o</sup> ano primário, pp. 2-3) encontramos uma explicação da Paixão sem alusão alguma aos Judeus: "a morrer crucificado meu Jesus é condenado por teus crimes, pecador", o que, aliás, é absolutamente conforme com a Revelação cristã: Jesus morreu vítima dos pecados de todos os homens (excetuada só a Virgem Imaculada) e não só dos pecados do povo judaico. Do mesmo modo ainda se exprime Dom Tarcísio da Silva Ferreira, O.S.B., em vários livros, em particular no volume "A vida em Cristo" (curso ginásial, 3.<sup>a</sup> e 4.<sup>a</sup> sér., 1947, editôra Lumen Christi, Rio, C.P. 2666, pp. 173): fala dos príncipes dos sacerdotes, dos magistrados e do povo, sem especificar: judeu. Mas apresenta Jesus como Rei dos Judeus.

Solução muito atraente, pelo menos à primeira vista: o adjetivo "judeu" qualificaria só, doravante, o misericordioso Salvador de todos os povos, inclusive do povo judeu, e nunca alguns dos Seus inimigos; logo as crianças nunca ouvirão pronunciar com acento antipático êste adjetivo e o modo de falar não favoreceria qualquer germe de anti-semitismo. Fazemos nosso, contudo, o juízo matizado do Pe. Paulo Démann sôbre o conjunto destas atitudes:

"Ver ou não em Israel o povo de Jesus Cristo, eis, sem dúvida nenhuma, um dos mais importantes fatores que determinam o sentimento profundo dos cristãos para com os judeus. A palavra "judeu" terá ressonâncias diferentes para aquêle que têm presente à mente que Jesus era judeu e para aquêle que nunca pensa nisso. Importa saber se Jesus é deveras apresentado em nosso ensino religioso como filho de seu povo. Não se trata de um pormenor contingente. Apresentar Jesus, com sua obra, concretamente, no seu país e no seu povo, isso é dar à Encarnação tôda a sua realidade tangível, tôda a sua inserção na história, — e na história de Israel —, e estabelecer ao mesmo tempo o ligame de continuidade entre o Antigo e o Nôvo Testamento. . .

Tal ou tal autor emprega constantemente a expressão: "os Fariseus" lá onde outros falam simplesmente dos Judeus. . . O que pensar sôbre estas expressões de substituição? Ao mesmo tempo que homenageamos as intenções dos autores que as empregam, pode se perguntar se o procedimento é feliz, sobretudo quando a gente se dirige a **alunos maiores**, capazes de apreender precisões históricas. Não se trata de situar os acontecimentos da história evangélica num mundo abstrato e indeterminado, nem de silenciar o fato que os adversários de Jesus tenham sido Judeus e mesmo representantes oficiais do judaísmo; mas de mostrar que o drama da fidelidade e da infidelidade (porque houve ambas) que se jogou no judaísmo contemporâneo de Jesus representa nosso drama a todos, e que êle tem um significado permanente e universal" (Pe. Paul Démann, "Catéchèse Chrétienne et Peuple de la Bible", Cahiers Sioniens n.ºs 3-4, 1952, pp. 89, 121).

Diremos, então, que o método da Madre Teresa de Cristo e de Dom Tomásio parece adaptado quando se trata de alunos do curso primário. Seria oportuno sublinhar que Jesus era Judeu sem dizer explicitamente que alguns dos seus inimigos eram Judeus também.

## II O problema bíblico-litúrgico

Melhorada a apresentação dos Judeus na Catequese, permaneceria intato um problema muito mais complexo: o emprêgo da palavra "Judeu" nas traduções bíblicas, e, logo, nos missais.

A imensa maioria dos católicos não utiliza nem consulta os livros de instrução religiosa e os catecismos depois da infância e da adolescência. Mas, pelo menos nas cidades, uma importante e sempre crescente fração dos católicos praticantes recorre, domingo após domingo, a um missal para participar dos offícios litúrgicos. Os missais têm, por conseguinte, uma influência mais profunda sôbre o escol dos fiéis.

Um outro inquérito feito pelo Pe. Paulo Demann ("Formation liturgique et attitude chrétienne envers les juifs", Cahiers Sioniens, 1953, pp. 115-78) mostrou claramente os perigos e os erros contidos em alguns comentários e apontamentos sobre os textos bíblicos do Antigo e do Novo Testamentos citados pelos missais. Não raramente, os viticultores homicidas (Mt. 21) são identificados com o povo Judeu sem matiz nenhum, confundindo-se os viticultores com a videira, isto é, os príncipes dos sacerdotes e os fariseus com o povo de Deus, apesar do texto contrário explícito (Mt 21,45-46). Verifiquei pessoalmente que isso se dá, não só com os missais europeus analisados por Demann, mas ainda no ótimo missal quotidiano publicado em 1959 pelas Edições Paulinas, p. 199: "O Evangelho descreve a reprovação do povo de Israel, figurado pela vinha, o qual apedrejou e matou os profetas, e crucificou o próprio Filho de Deus". Exprime-se de maneira análoga o missal quotidiano de Dom Lefebvre, O.S.B., tradução portuguesa de 1951, p. 301. Lemos idênticas generalizações no tocante ao papel dos Judeus na Paixão de Jesus. (ibid. p. 419).

Tais constatações impõem-nos o dever urgente de corrigir êstes missais de tal modo que evitem, doravante, para os fiéis de hoje, de ocasionar a tentação destas generalizações simplificadoras inevitavelmente transpostas na apreciação ou depreciação dos israelitas de nossos tempos. O problema dos missais é o mesmo que o dos catecismos: se a palavra "Judeu" aparece sobretudo num contexto negativo, sem que seja igualmente sublinhado, para não dizer, mais ainda, que os Profetas, Jesus, Maria e os Apóstolos eram Judeus, como se espantar se alguns dos leitores ordinários de tais missais adquiram paulatina e inconscientemente uma mentalidade anti-semita?

Contudo alguns poderiam me fazer observar: "Podemos perfeitamente evitar generalizações injustas e descaridasas em nossos comentários, introduções, apontamentos etc. Mas quando o texto sagrado e inspirado no Novo Testamento fala dos Judeus ou de Israel em geral, duma maneira negativa, não podemos adulterá-lo. Não podemos modificar a palavra divina".

Tal observação seria muito justa. Mas não esgota o problema. São João no seu Evangelho fala 70 vezes dos "Judeus", dando à palavra sentidos diversos e nem sempre facilmente compreensíveis. Às vezes, trata-se simplesmente das multidões, em dois casos (11,45 e 12,11) daquêles Judeus que acreditavam em Jesus, mas em 35 passagens fala o Evangelista do grupo que odiava a Jesus e organizou a oposição contra Êle. Como explica o Pe. G. Baum, O.S.A., num livro notável (1), um estudo comparativo do Evangelho joanino e dos

1) Gregory Baum, O.S.A., "The Jews and the Gospel", Newman Press, Westminster, Maryland, 1960. O livro, ótimo no conjunto, merece contudo algumas reservas que fiz numa longa recensão, na *Revue Biblique* de 1963. No opúsculo, "Os Israelitas na Catequese Cristã", do Pe. Demann (tradução portuguesa publicada pelas Irmãs de Sion, Rua Cosme Velho, 98, Rio de Janeiro) lemos na página 18 estas linhas que esclarecem o sentido das afirmações de Baum sobre o Evangelho joanino: "eis alguns textos do evangelho de S. João nos quais a expressão "os Judeus" designa claramente só os dirigentes hostis a Jesus: I, 19; II, 18-20; V, 10-18; VII, 11-13; VIII, 48-57; IX, 18-24; X, 31-33; XVIII, 14, 31, 36, 38; XIX, 7, 12, 14, 31, 38; XX, 19".

sinópticos mostra que João entende por Judeus aquêles que os outros evangelistas chamavam de "príncipes dos sacerdotes, escribas e anciãos". Observação importante para uma inteligência correta do quarto Evangelho em geral e, em particular, do capítulo oitavo

Os leitores de São João, membros desta Igreja primitiva onde havia numerosos cristãos de origem judaica, que constituíam ainda uma poderosa minoria, podiam entender, mais facilmente do que os nossos contemporâneos, que João, o discípulo judeu e bem-amado, não era um anti-semita. Não foi êle que referiu a palavra de Jesus: "a salvação vem dos Judeus", isto é, de Mim, que sou Judeu (4,22)? Os membros da Igreja primitiva, visivelmente composta de Judeus e de Gentios, podiam adivinhar o sentido restritivo das menções negativas contidas no Evangelho joanino sobre os Judeus, à luz desta frase e de outras, numa época em que muitos fiéis sabiam de cor os textos sagrados.

Hoje a situação é diferente. Estaria inclinado a pensar que traduzir sempre a palavra "ioudaioi" do texto grego de São João por "judeus", nos missais e livros não destinados aos teólogos profissionais, manifestaria, apesar da aparente fidelidade literal, uma traição psicológica e pastoral.

No momento presente, os judeus convertidos representam uma pequena minoria (muito mais reduzida do que no primeiro século) dentro da massa cristã. O adjectivo "Judeu" não mais evoca cristãos conhecidos de origem judaica, mas quase exclusivamente os israelitas não-cristãos. João e Paulo, na linha profética do Antigo Testamento, podiam criticar os membros de seu povo empregando generalizações que não induziam em erro os leitores, parcialmente judeus de origem, como êles mesmos. Mas, quando traduzimos os textos paulinos e joaninos, a maneira de nos exprimirmos deve ser diferente: na quase unanimidade dos casos, não somos cristãos oriundos do judaísmo mas da gentilidade, e os nossos leitores, também. E a pequena minoria de Judeus que vivem entre nós herdou sofrimentos e, às vêzes, complexos que não conheciam os Judeus contemporâneos de Nosso Senhor Jesus Cristo, pelo menos no mesmo grau.

Conviria, logo, em nossas traduções populares empregar a perífrase "os inimigos de Jesus", com uma explicação em nota, a primeira vez, nos 35 textos onde o Evangelho de São João chama êste grupo de "Judeus".

Esta precaução, e outras semelhantes, torna-se tanto mais necessária em nossa época que a reforma litúrgica esboçada pela primeira sessão do segundo Concílio Vaticano introduzirá, muito provavelmente, o costume de ler em língua vernácula, duma maneira inteligível para todos, os textos bíblicos. Não permitamos que traduções demasiado literais e espiritualmente infieis ao Espírito do Nôvo Testamento coloquem em perigo a compreensão autêntica da palavra divina, ocasionem mesmo o fortalecimento de preconceitos anti-semitas. Relembremos cuidadosamente que se vários textos do Nôvo Testamento, como do Antigo, condenam atitudes determinadas e históricas de notáveis partes do povo judeu, jamais dizem claramente, nem sequer insinuam: "Deus rejeitou para sempre e condenou à pena eterna os Judeus". Mesmo o caso de Judas é controvertido pelos teólogos. A Revelação cristã é a manifestação do

amor misericordioso de Deus para com todos os povos e para com todos os homens, inclusive os Judeus (2). Se alguns cristãos, infelizmente, manifestam tenazes preconceitos anti-semitas (o que não quer dizer, aliás, ódio, embora tais preconceitos sejam odiosos) nunca devemos nos cansar de inculcar na mente dos nossos fiéis e alunos a verdade revelada: Deus ama os Judeus e quer a salvação eterna de cada um dêles; Deus tornou-se ao mesmo tempo Homem e Judeu, e permanece "filo-semita". Foi filosemita até à morte da Cruz, e o cristão deverá também, até ao último hálito, manifestar verbal e ativamente um humano e sobrenatural "filosemitismo" para permanecer digno dêste nome.

Para facilitar a compreensão e divulgação duma atitude autenticamente cristã perante o misterioso destino de Israel, publicamos em apêndice um importante documento: as "conclusões de Seelisberg".

### III — Inquéritos sociológicos em nossas Paróquias, Associações e Educandários

O sociólogo René Ribeiro analisou longamente, num livro publicado em 1954 com prefácio de Gilberto Freire e sob os auspícios do Ministério da Educação, "**Religião e Relações Raciais**", o comportamento dos Nordestinos perante as minorias étnicas.

Realizou a sua pesquisa entre 249 estudantes da Universidade do Recife, 116 membros de paróquias e associações católicas, inclusive do seminário, e 298 alunos de colégios católicos, sem falar de estabelecimentos laicos e protestantes (3).

Utilizou o **teste de distância social de Bogardus**, com certas adaptações. Tratava-se de averiguar a aceitação das minorias étnicas em função de sete categorias:

- 1) parente por casamento
- 2) membro do clube ou amigo
- 3) vizinho de rua
- 4) membro da profissão
- 5) cidadão do país
- 6) turista
- 7) excluiria do país.

Transcrevemos aqui a tabela 7 sobre a aceitação dos Judeus pelos membros de paróquias e associações católicas.

#### Categorias de Aceitação:

Homens:	1	2	3	4	5	6	7
Judeus:	21	42	48	51	36	51	27

2) Foi isso que São Paulo mostrou duma maneira profunda nos capítulos 9-11 da Epístola aos Romanos, inteiramente consagrados à análise do destino do povo de Israel. Não seria normal que alunos dum colégio católico acabassem os estudos secundários sem jamais ter sido introduzidos no estudo desta análise. Ver, ainda, sobre o amor de Deus para com o povo Judeu, os § 14-18 da encíclica de Pio XII acerca do culto ao Coração de Jesus (D. P. 117, Vozes).

3) R. Ribeiro, obra citada. pp. 156-57.

As cifras correspondem, neste como nos quadros subseqüentes, a percentuais. Os percentuais de expulsão dos Judeus sobrepujam os de sua aceitação como membros da família. Teremos mais adiante a ocasião de comentar tais reações, à luz da doutrina social da Igreja. Demos agora os resultados do inquérito entre as mulheres das associações e paróquias católicas:

	Categorias de Aceitação:						
Mulheres:	1	2	3	4	5	6	7
Judeu:	9,6	25,3	28	30	26	41	38,5

Leiamos o comentário de R. Ribeiro sobre êstes dados. Compara êle as respostas dos grupos confessionais católico e protestante:

"Relativamente aos Judeus, as justificativas de expulsão diferem radicalmente. Enquanto um têrço dos católicos que justificaram suas exclusões alegou a diferença de religião como único motivo para a expulsão dêles, nenhum dos protestantes invocou tal justificativa. Das opiniões restantes dos católicos, a maioria representava ressentimento pelo etnocentrismo e endogamia dos Judeus; os demais Judeus, eram "exploradores", prejudiciais ao progresso do país, vários dêles assim se extremamdo: "raça almadiçoada, antipáticos, não suporto, não têm classificação, raça inferior" (4).

Vejamos agora as tabelas 15 e 18 sobre a aceitação dos Judeus pelos alunos e pelas alunas dos colégios católicos.

Categoria de Aceitação	1	2	3	4	5	6	7
Alunos:	6,6	13,1	21,2	13,1	14,6	29,9	50,4
Alunas:	3,7	11,2	19,2	13,0	11,2	30,4	51,5

35% dos rapazes que deram os motivos de expulsão consideravam os Judeus como "exploradores, ladrões"; apenas 17% invocavam a religião como motivo de sua decisão e 15% demonstravam ressentimento pela endogamia e relativo isolamento voluntário dêles. Os restantes invocavam razões como: "antipáticos, imundos, nojentos, não valem nada, têm origem diferente, são a pior raça do mundo".

As alunas desejavam, na proporção de 51.5% dos casos, a expulsão dos judeus, em 31% dos casos por motivo religioso, em 21% por serem "usurários e exploradores"; 19% das justificativas recaindo no "não gosto, antipatizo, não tolero, raça péssima, amaldiçoada" (5).

Sintetizando os resultados de seu inquérito, R. Ribeiro escreve: "as aversões que atingem aos Judeus são principalmente decorrentes entre os universitários do sexo masculino de competição sexual, enquanto nos demais grupos (excluídos os membros de ambos os sexos das igrejas e associações cató-

4) *Ibid.*, pp. 174, 176. É preciso ler na p. 151 a descrição da acolhida recebida por um jovem israelita numa escola protestante, da parte de seus colegas: "Você foi quem matou Cristo". O comentário citado sobre as reações dos adultos católicos encontra-se na p. 178.

5) *Ibid.* pp. 188, 190, 195-96.

licas, e as alunas dos colégios laicos e católicos cujas justificativas invocam a religião) parecem resultar mais da competição econômica. O preconceito contra os Judeus nos grupos estudados, a julgar dos dados da presente pesquisa, assume (em 1954) uma grande intensidade, devendo ser objeto de atenção por constituir a população Judia o grupo estrangeiro aqui (no Recife) mais numeroso depois dos portugueses" (6).

O que pensar deste inquérito sociológico? O número de pessoas pesquisadas foi muito limitado. Seria, logo, perigoso generalizar os resultados do inquérito e considerá-los ainda válidos, quer na capital pernambucana, quer sobretudo no conjunto do Brasil. Não vamos cair no mesmo defeito que os anti-semítas ao criticar as manifestações de anti-semitismo: as generalizações indevidas, as extrapolações espaciais ou históricas! A situação no Brasil e no mundo modificou-se muito desde 1954. O ex-presidente Jânio Quadros mandou tirar dos dicionários os significados pejorativos das palavras "Judeu" e "Judas", e o Papa João XXIII suprimiu na oração litúrgica pelos Judeus na sexta-feira Santa, o adjetivo "pérfidos" que qualificava os Judeus. Além disso, estamos nos afastando sempre mais do período de glória do movimento integralista, que coincidiu de fato com uma vaga anti-semita, bastante forte, particularmente em certos círculos católicos... Não obstante, inegáveis são os sinais de anti-semitismo sobretudo verbal.

Deste ponto de vista, o teste de distância social de Bogardus poderia ser de novo experimentado pelos educadores católicos. Observe-se, porém, que a primeira pergunta é muito equívoca: a recusa do parentesco por casamento pode resultar dum preconceito irracional e passional, ou, pelo contrário, manifestar uma simples hostilidade de princípio para com os casamentos mistos entre israelitas e católicos. Tais casamentos mistos são positivamente desencorajados não só pela Igreja mas ainda pela Sinagoga, e, na maior parte dos casos, têm como resultado palpável o agnosticismo religioso dos filhos. Não é sinal de intolerância, mas de inteligência desanimar namoros interconfessionais. Mas isso não quer dizer que um católico não deverá acolher com amizade humana e sobrenatural caridade o cônjuge judeu dum parente que viesse a contrair um casamento misto com a autorização da Igreja.

Perante as insuficiências do teste de distância social de Bogardus, sugiro que os educandários católicos o completem por um outro, especificamente cristão na sua estruturação. Tratar-se-ia dum teste de caridade interconfessional e inter-racial: digo inter-racial, porque poderia ser empregado para sondar as disposições dos nossos alunos para com os pretos, que, à diferença dos Judeus, pertencem a um grupo racial e biologicamente distinto do grupo branco, embora todos sejam unidos na posse da mesma e idêntica natureza humana.

A título puramente indicativo (não sou sociólogo de profissão) enumero aqui as dez perguntas deste teste; não se trata dum puro teste, mas ao mesmo tempo dum exame de consciência.

---

6) *Ibid.*, p. 204.

1. Você às vêzes emprega palavras pejorativas para designar tal ou tal categoria de não-católicos?
2. Você já fêz, ou ainda faz, juízos coletivos desfavoráveis sôbre grupos de religião (ou côr) diferente da sua? N.B.: trata-se dos grupos, não das doutrinas.
3. Como você reage quando ouve tais juízos? Sorri duma maneira cúmplice, participa, aprova, cala ou retifica o juízo?
4. Você estima cada um dos não-católicos que conhece como sendo, apesar da falta da fé católica, superior a você, num ou noutro plano, e igual na sua origem e no seu fim?
5. Você saúda os vizinhos não-católicos? (ou de côr diferente?)
6. Na medida em que isso fôsse possível, sem perigo para sua fé, você gostaria de colaborar com os não-católicos para autênticos fins profissionais, humanitários e temporais?
7. Você cuidou ou cuida de preparar-se para responder tópica e cortêsmente às dificuldades dos não-católicos acêrca da fé católica?
8. Você julga oportuno desaconselhar a seus amigos casamentos confessionalmente mistos?
9. Se você julga que é preciso desaconselhá-los, será por motivos religiosos ou por outros?
10. Você costuma rezar pela felicidade terrena e pela salvação eterna dos não-católicos que conhece? ou mesmo dos que não conhece?

A realização dêste teste permitiria concretizar e explicar a mentalidade desejada pelo Papa João XXIII, ponto que abordaremos em nossa conclusão. Bastará frisar aqui um ponto: o saudoso Pontífice, na **Pacem in Terris** (7), encorajava a "colaboração, na esfera do direito natural, dos católicos com pessoas sem nenhuma fé cristã, nos quais, no entanto, está presente a luz da razão e operante a honradez natural". Nossos irmãos israelitas realizam eminentemente estas condições. Mas o Papa acrescentava imediatamente a monição já feita na **Mater et Magistra**: "em tais circunstâncias, procedam com atenção os católicos, de modo a serem coerentes consigo mesmo e não descerem a concessões em matéria de fé e de moral."

Encorajar os matrimônios mistos seria precisamente descer a concessões perigosas para a fé de numerosos católicos. Logo, se dermos o teste de distância social de Bogardus, deveríamos modificar da seguinte forma as duas primeiras perguntas:

- 1) parente por casamento, se a Igreja concedesse a dispensa?
- 2) membro do clube ou amigo no plano profissional, se não houvesse perigo para sua fé?

Com efeito, em casos não raros, uma amizade, que ultrapassou a esfera profissional e atingisse as famílias enquanto tais, facilitaria demais os casamentos mistos que a Sinagoga como a Igreja quer evitar.

---

7) João XXIII, **Pacem in Terris**, Documento Pontifício, n.º 141, Vozes, § 157.

## IV — Conclusão

Foi abordado neste artigo um tema não menos complexo que urgente. Procuramos encará-lo no espírito do Papa João XXIII. Convém focalizar, à luz da *Pacem in Terris*, os nossos deveres para com nossos irmãos Judeus. Uma palavra bastará para resumi-los: a *estima* que decorre do amor.

Escrevia o Papa: "Elimine-se qualquer racismo. Tenha-se como princípio inviolável a igualdade de todos os povos, pela sua dignidade de natureza. Cada povo tem, pois, direito à existência, ao desenvolvimento, à posse dos recursos necessários para realizá-lo, ao bom nome e à devida estima. O que mais costuma melindrar um povo, e com tãda a razão, é o que de qualquer maneira toca à sua própria dignidade. Devem ser totalmente repudiados os métodos de informação que, violando a justiça e a verdade, firam o bom nome de algum povo.

Não é supérfluo recordar que os prófugos políticos (caso de muitos israelitas do Brasil ou de seus pais) são pessoas e que se lhes devem reconhecer os direitos da pessoa. Tais direitos não desaparecem com o fato de terem êles perdido a cidadania do seu país. Entre os direitos inerentes à pessoa, figura o de inserir-se na comunidade política, onde espera ser-lhe mais fácil reconstruir um futuro para si e para a própria família. Por conseguinte, incumbe aos respectivos poderes públicos (quanto mais, poderíamos acrescentar, aos católicos praticantes) o dever de acolher êsses estrangeiros e, nos limites consentidos pelo bem da própria comunidade retamente entendido, o de lhes favorecer a integração na nova sociedade em que manifestem o propósito de inserir-se" (8). Até aqui o texto de João XXIII.

A maior parte dos israelitas no Brasil já adquiriram a nacionalidade brasileira. Os educandários católicos do Brasil devem, logo, formar nos seus alunos um espírito de compreensão e de estima para com os Judeus, não só enquanto homens, mas ainda como concidadãos com os quais deverão, juntos, construir o Brasil de amanhã. Não devem ser considerados como Brasileiros de segunda categoria, mas como plenamente compatriotas.

Sobretudo, devemos ajudar os jovens a formarem para si uma imagem mental plenamente cristã do povo judeu. Não basta lutar contra o anti-semitismo: isso é ainda negativo, e o anti-semitismo será eficazmente erradicado só se fôr substituído pelo filo-semitismo. Expressão, que eu saiba, nova, mas que corresponde no tempo a uma realidade eterna: o amor de Deus por todos e cada um dos Judeus. Inculquemos a estima pelos dons que os Judeus recebem, individual e coletivamente, não só para si, mas para nós todos, do Deus uno e trino. Fechar os olhos sôbre êstes dons seria desprezar o Criador e Redentor do gênero humano, fonte suprema das qualidades pessoais e étnicas.

Sempre que um cristão faz o Sinal da Cruz, êle renova a sua fé na suprema prova que todos e cada um dos Judeus receberam do Amor divino para consigo: o amor misericordioso até à morte. Imitemos, inclusive em nossas ex-

---

8) *Ibid.*, § 86-96, 94-97, 103-07.

pressões orais, a caridade de Jesus, crucificado pelos pecados de todos nós: amados, amemos. Que o Sinal da Cruz seja o sinal da nossa estima e do nosso indefectível amor para com Israel.

#### **Apêndice:** os 10 Pontos de Seelisberg

A fim de evitar incompreensões do Evangelho que encorajassem o desprezo ou o ódio dos Judeus, reuniu-se em Seelisberg, Suíça, em 1947, uma conferência de 60 Católicos, Protestantes e Judeus, a qual adotou os 10 seguintes pontos como guia para a pregação e o ensinamento cristão:

1. Deve ser lembrado que um só e mesmo Deus nos fala no Antigo e no Novo Testamento.
2. Deve ser lembrado que Jesus nasceu duma Mãe judia, pertencente à família de Davi e ao povo de Israel, e que seu amor eterno abraça seu povo e o mundo inteiro.
3. Deve ser lembrado que os primeiros discípulos, os Apóstolos, e os primeiros mártires eram Judeus.
4. Deve ser lembrado que o principal mandamento do Cristianismo, o amor de Deus e do próximo, anunciado no Antigo Testamento e confirmado por Jesus, obriga igualmente, em tôdas as relações humanas sem exceção, Cristãos e Judeus. (Observação pessoal: esta quarta regra é um pouco equívoca porque o Judaísmo nunca pregou nem prega hoje o amor dos inimigos).
5. Diminuir o Judaísmo bíblico e pós-bíblico para exaltar o cristianismo deve ser evitado.
6. Não se deve empregar a palavra "Judeu" para designar exclusivamente os inimigos de Jesus, e as palavras "inimigos de Jesus" para designar o povo Judeu no seu conjunto.
7. Apresentar a Paixão de Jesus, como se todos os Judeus, ou somente os Judeus, tivessem incorrido na odiosidade da crucifixão, deve ser evitado. Não foram todos os Judeus que pediram a morte de Jesus.. Nem foram somente Judeus que se responsabilizaram por ela. A Cruz, que salva a humanidade, revela que Cristo morreu pelos pecados de todos. Pais e mestres cristãos deveriam ser alertados da sua grande responsabilidade na maneira de narrar os padecimentos de Jesus. Se o fazem duma maneira superficial, correm o risco de fomentar uma aversão nos corações das crianças ou dos ouvintes. Numa mente simples, movida dum ardente amor compassivo pelo Salvador crucificado, o horror natural dos perseguidores de Jesus pode facilmente tornar-se, por motivos psicológicos, ódio indiscriminado pelos Judeus de todos os tempos, inclusive de nossos dias.
8. Não se deve evocar as condenações bíblicas e o grito da multidão enraivecida: "O seu sangue seja sobre nós e sobre nossos filhos" (Mt 27, 25) sem lembrar que êste grito não anulou as palavras

de Nosso Senhor, de conseqüências incomparavelmente maiores: "Pai, perdoai-lhes porque não sabem o que fazem" (Lc 23,24).

9. É preciso evitar qualquer encorajamento para a opinião segundo a qual os Judeus seriam um povo reprovado, amaldiçoado e votado a um sofrimento perpétuo. (Observação pessoal: devemos, como São Paulo, distinguir entre o povo Judeu, cujos membros podem ser de boa fé, e a religião judaica, que, no seu estado atual e frente à Nova Aliança, é um culto falso do verdadeiro Deus, culto prestado a Deus não mais por instituição divina, mas por vontade humana contrária à Vontade divina. O filo-semitismo é amor, não do Judaísmo enquanto contrário ao cristianismo, mas dos Judeus).
10. Deve ser mencionado que os primeiros membros da Igreja eram Judeus.  
(Têxto traduzido a partir do livro de Baum, citado na nota 1, pp. 287-88).

#### RETIRO DE 30 DIAS PARA SACERDOTES

No verão passado realizou-se, com absoluto êxito, um Retiro espiritual de 30 dias para Sacerdotes, em Passo Fundo — RGS. Os frutos do empreendimentos e os pedidos de diversas partes, induzem-nos a repetir e, quiçá, perpetuar a iniciativa. Sentimo-nos felizes em colocar-nos a serviço dos irmãos no Sacerdócio, a quem dirigimos nosso convite, com os seguintes esclarecimentos:

- 1) DESTINATÁRIOS: Todos os Sacerdotes, do Clero regular e secular. Com mais insistência, mas não com exclusividade, convidamos aos que trabalham em Seminários e Casas de formação eclesiástica.
- 2) DATA: 27 de dezembro à tarde até 28 de janeiro de manhã.
- 3) LOCAL: Cidade de Pôrto Alegre, Rio Grande do Sul, na Casa de Retiros "Vila Manresa" (no Bairro da Glória).
- 4) PREGADOR: R. P. Geza Kovacs, S.J., Diretor Espiritual no Colégio Máximo Cristo-Rei de São Leopoldo e Professor de Psicologia na Faculdade de Filosofia de São Leopoldo.
- 5) CONDIÇÕES: a) contribuição financeira de Cr\$ 20.000,00 para cobrir as despesas de alojamento, refeições, lavagem de roupa, celebração diária da S. Missa, gratificação ao Pregador, b) compromisso de seguir integralmente todos os exercícios e práticas previstas.
- 6) FUNCIONAMENTO: O Retiro seguirá o esquema e as regras de S. Inácio de Loyola, sendo as 4 "semanas" interrompidas por 3 dias de descanso, com passeios coletivos. Diariamente haverá 4 ou 5 meditações, das quais algumas se farão durante a noite.
- 7) OBJETOS NECESSÁRIOS: Pede-se que todos os inscritos tragam: Amigo e Sanguinho; Sagrada Escritura completa; Imitação de Cristo; Breviário com Saltério novo. Não é preciso, nem conveniente trazer outros livros de leitura espiritual, com exceção talvez de uma Biografia de Jesus.
- 8) INSCRIÇÕES: Os pedidos de inscrição devem ser dirigidos, até 30 de novembro, ao Reitor do Seminário Maior, Caixa Postal 40 VIAMÃO, Rio Grande do Sul. Havendo só 30 lugares, as inscrições serão feitas por ordem de precedência.

Viamão, aos 6 de julho de 1963  
Pela Comissão Organizadora: Mons. Ivo Lorscheiter

## A EMISSORA DA SANTA SÉ

Pe. Paulo Bessa de Almeida S. J.

### I — HISTÓRICO

#### 1. Inauguração

A Rádio Vaticano foi inaugurada, às 16,30 do dia 12 de fevereiro de 1931, pelo Papa Pio XI (1).

"Tenho a altíssima honra — disse ao microfone o Eng. Guilherme Marconi — de anunciar que dentro de poucos instantes o Sumo Pontífice inaugurará a Estação de Rádio do Estado da Cidade do Vaticano. As ondas eletromagnéticas transportarão a todo o mundo, através dos espaços, a sua palavra de paz e de bênção. Há vinte séculos o Pontífice Romano dirige ao mundo a palavra do seu divino magistério. Esta, porém, é a primeira vez que a sua viva voz pode ser ouvida simultaneamente em tôda a superfície da terra.

Com a ajuda de Deus que põe à disposição da humanidade tantas forças misteriosas da natureza, eu pude preparar êste instrumento que oferecerá aos fiéis de todo o mundo a consolação de ouvir a voz do Santo Padre".

E, voltando-se para o Sumo Pontífice, Marconi disse:

"A obra que Vossa Santidade se dignou confiar a mim, pronta eu a entrego hoje a Vossa Santidade. Com sua augusta presença, Vossa Santidade está consagrando o acabamento dela. Digne-se, pois, Vossa Santidade dirigir a sua augusta palavra ao mundo" (2).

Pio XI, aproximando-se então do microfone, proferiu a primeira radiomensagem da história.

"Nós que por misterioso desígnio de Deus sucedemos ao Príncipe dos Apóstolos, isto é, daqueles cuja doutrina e pregação, por mandato divino, se destinam a todos os povos e a tôda criatura, podendo por primeiro valer-nos, dêste lugar, da admirável invenção de Marconi, dirigimo-nos primeiramente a tôdas as coisas e a todos os homens" (3).

Côncio da importância daquele momento histórico, pela grande influência que o rádio exerceria no mundo, como instrumento de comunicação

---

1) *Oss. Rom.*, anno 1931. N.º 37 (21.491), sabato 14-2-31, pág. 1.

2) *ibid.*

3) Radiomensagem de inauguração da Rádio Vaticano: "Nuncium radiophonicum *Qui arcano*" (A.A.S., XXIII (1931), pp. 65-70; *Oss. Rom.*, anno 1931, N.º 36 (21.490), venerdì 13-2-31, pág. 1.

social, o Papa prosseguiu na leitura de sua mensagem, dirigindo-se a tôdas as categorias de pessoas, como se as tivesse presente, diante dos olhos.

Ao lado do Sumo Pontífice achavam-se os cardeais Pedro Gasparri e Eugênio Pacelli, o P. José Gianfranceschi, Diretor da Rádio Vaticano e o Eng. Guilherme Marconi, ideador e construtor da Emissora da Santa Sé (4).

## 2. Desenvolvimento do Setor Técnico

A Rádio Vaticano, desde a sua fundação até 1937, possuía apenas uma Estação de transmissão. Esta fôra instalada pela Companhia Marconi, num edificio construído expressamente para ela, nos jardins do Vaticano (5).

Nessa primeira sede funcionava um transmissor Marconi de 10 kW para ondas curtas, com possibilidade de operar com ondas de dois comprimentos. A irradiação era efetuada em tôdas as direções por duas antenas comuns de tipo Franklin, sustentadas por duas tôrres de ferro.

Fato importante dessa época foi a participação da Rádio Vaticano no Congresso Internacional de Telecomunicações, promovido pela Repartição Internacional de Telecomunicações, e reunido em Madrid, na Espanha, de setembro a dezembro de 1932 (6).

### 1.º Período de desenvolvimento (1937-1939)

Dois fatos decidiram o Papa Pio XI a empreender o primeiro aperfeiçoamento da Estação radiofônica da Santa Sé: a admissão da Rádio Vaticano na União Internacional de Radiodifusão (U.I.R.) em 1936; e o desejo insistente, manifestado pelo episcopado de vários países do mundo, de um serviço regular de informações, por parte da Rádio Vaticano como Emissora da Santa Sé (7).

No Natal de 1937 foi inaugurado o segundo transmissor da Rádio Vaticano, um Telefunken de 25 kW para ondas curtas. As duas tôrres de ferro que até então sustentavam as duas antenas do transmissor em uso, o Marconi de 10 kW para ondas curtas, foram substituídas por outras 4, como suportes de 5 novas antenas: 4 dirigidas e 1 comum, vertical, instalada no vértice de uma das tôrres (8).

---

4) Embora estivessem presentes à cerimônia da inauguração numerosas pessoas, tanto da corte pontifícia como da Cúria Romana, o Osservatore Romano nota que na sala dos amplificadores onde o Santo Padre Pio XI pronunciou a primeira radiomensagem da história achava-se apenas um grupo muito restrito de pessoas: "Nella sala degli amplificatori, ove è collocato il microfono, l'Augusto Pontefice prende posto in una poltrona rossa. Sono con lui pochissimi fortunati: gli Eminentissimi Cardinali Pacelli e Gasparri, il Senatore Marconi; P. Gianfranceschi e due ingegneri" (*Oss. Rom.*, anno 1931. N.º 37 (21.491), sabato 14-2-31).

5) *Oss. Rom.*, anno 1931. N.º 35 (21.489), giovedì 12-2-31, pág. 3.

6) Soccorsi, *Note sul primo decennio della R. V.*, pp. 4-5.

7) Soccorsi, *Note sul primo decennio della R.V.*, pp. 21-22 e 9-11.

8) O projeto da instalação de um novo transmissor foi proposto a duas Commanhias: a Companhia Marconi e a Companhia Telefunken.

Aos 7 de junho de 1936, o P. Filippo Soccorsi, durante uma audiência

Dois anos depois, em 1939, começaram a funcionar no Palacete Leão XIII, situado no alto da colina do Vaticano, os primeiros estúdios para transmissões. Estes foram logo coligados, de um modo estável, com a Basílica de São Pedro e com as principais salas do Palácio Apostólico, onde se costumam efetuar as manifestações religiosas de maior importância (9).

Em 1946, quando foi organizada em Bruxelas a O.I.R. (Organização Internacional de Rádiodifusão) que substituiu a U.I.R. de Genebra, a Rádio Vaticano foi nela admitida como membro efetivo (10).

## 2.º Período de desenvolvimento (1950-1952)

Terminada a guerra, a Santa Sé elaborou um plano de ampliação, aperfeiçoamento e modernização da sua Emissora.

O primeiro passo previsto por êsse plano foi o estudo de um projeto de construção de uma poderosa Estação Radiofônica de transmissão, fora do Vaticano e de Roma, nas vizinhanças, porém, da Urbe.

Em 1948, a Comissão do Ano Santo lançou uma campanha de caráter universal, visando angariar os fundos necessários para a construção da nova Estação (11).

.. O resultado dessa coleta seria oferecido ao Papa no dia do seu jubileu sacerdotal (2.4.49).

O fruto mais completo dessa campanha foi o transmissor Philips de 100 kW para ondas curtas, oferecido pelos católicos holandeses, aos 19 de abril de 1950 (12).

Segundo passo: modernização da Estação radiofônica do Vaticano, de acôrdo com as exigências do futuro Centro de Transmissão.

Os trabalhos de ampliação e modernização da R. V. tiveram início em 1950 e foram concluídos em 1952. Compreendiam: a ampliação da Estação de Transmissão, onde foi montado um nôvo transmissor Marconi de 50 kW, para ondas curtas, e a instalação no Palacete Leão XIII dos serviços radiotelegráficos que até então funcionavam no Centro de Transmissão, de repartições de redação de programas e de serviços técnicos mais perfeitos de radiodifusão, com novos estúdios e novas salas para transmissões, um auditorium mais amplo e um centro de contrôle geral. Na tórre Leão IV fo-

---

particular, apresentou ao Santo Padre as propostas das referidas Companhias. Pio XI optou pela proposta da Telefunken. Esta foi imediatamente encarregada de instalar um nôvo transmissor na Estação Radiofônica do Vaticano (Soccorsi, *Note sul primo decennio della R. V.*, pág. 27).

9) A êste respeito consulte-se Soccorsi, *Note sul primo decennio della R. V.*, pp. 28-29, como também *Attività della Santa Sede (A.S.S.)*, Tipografia Poliglotta Vaticana — 1939, pág. 35.

10) Francesco Farusi e Giovanni Bosca, *La Radio Vaticana*, Enciclopedia Cattolica dell'uomo d'oggi, Sezione XII: *Le arti cristiane*, vol. 132, Edizioni Paoline, pp. 20-21.

11) *Bollettino Ufficiale del Comitato Centrale dell'Anno Santo MXML*. N.º 7 — Luglio 1950. G. B. Montini, *La nuova Radio Vaticana*, pp. 3-6.

12) No N.º 7 do *Bollettino Ufficiale del Comitato Centrale dell'Anno Santo MCML*, p. 17-18, J. Damen descreve com todos os pormenores os diversos momentos desta iniciativa dos católicos holandeses.

ram montadas as pontes-rádio, para coligar o Vaticano com o futuro Centro de Transmissão que seria construído fora de Roma e com dois estúdios móveis. Nesta mesma ocasião foi também construída uma central elétrica capaz de satisfazer às exigências das novas instalações (13).

Já se achavam em curso as obras de aperfeiçoamento da Emissora da Santa Sé, quando o Papa Pio XII tomou duas importantes providências para garantir o bom resultado dos trabalhos. Em junho de 1951 constituiu a Comissão de superintendência das novas instalações da R. V. confiando a presidência da mesma ao cardeal Nicolau Canali (14). Aos 8 de outubro daquele mesmo ano (15), assina um acôrdo com o govêrno italiano, segundo o qual a Itália reconhecia o privilégio de extraterritorialidade ao futuro Centro de Transmissão que seria construído em breve fora de Roma, acôrdo êste que foi ratificado no ano seguinte, aos 24 de julho (16).

### 3.º Período de desenvolvimento (1954-1957)

Aos 17 de maio de 1954, o Papa Pio XII determinou que se desse início à construção do novo Centro de Transmissão (17).

O local escolhido para a nova Estação foi uma vasta área de terreno que a Santa Sé adquiriu do Pontifício Colégio Germânico de Roma, situado a 18 km da Urbe, entre a localidade de Santa Maria di Galeria e a pequena cidade de Cesano, nas proximidades do lago de Bracciano.

Os trabalhos de construção do Centro de Transmissão de Santa Maria di Galeria duraram 3 anos.

Aos 27 de outubro de 1957, o Papa Pio XII inaugurou pessoalmente a nova Transmissora (18).

“Decidimos construir uma Estação de rádio mais potente e perfeita, — disse êle no discurso de inauguração — para ter a possibilidade de diri-

13) Uma descrição pormenorizada dêstes trabalhos de ampliação e modernização da R. V. foi apresentada por *Attività della Santa Sede* 1950, pp. 492-493; 1951, pp. 427-429; 1952, pp. 319-320.

A nova central elétrica, dotada de dois geradores Diesel de 900 kw cada um, tem por fim permitir ao conjunto das instalações um funcionamento de tensão e de constância de frequência necessárias para uma Estação radiofônica (A.S.S. 1951, pág. 429).

14) A Comissão para as novas instalações da Rádio Vaticano era assim constituída: Presidente. S. Eminência Revma. o Sr. Cardel Nicolau Canali; Secretário, Ilmo. Revmo. Mons. Sérgio Guerri; Membros, Revmo. Mons. Angelo Dell'Acqua, S. Excia.. o Príncipe D. Carlos Pacelli, Eng. Conde Henrique Galeazzi, Pe. Filipe Socorssi, S. J., Eng. Tullio Gorio (A.S.S. 1951, pág. 421).

15) *Oss. Rom.*, anno 1951, N.º 234 (27.780), Iunedì-martedì, 8/9-10-51, pág. 2.

16) *Oss. Rom.*, anno 1952 N.º 173 (28.021), venerdì, 25-7-52, pág. 2.

17) Carta da Secretaria de Estado de Sua Santidade ao Presidente da Comissão para as novas instalações do Rádio Vaticano, datada de 17 de maio de 1954, Protocolo N.º 32-6409.

18) *Oss. Rom.*, anno 1957, N.º 251 (29.614), Iunedì-martedì, 28/29-10-57, páginas 2 e 3.

gir a nossa voz ao mundo inteiro, para comunicar as nossas admoestações, exortações e votos a tóda a comunidade cristã" (19).

Achavam-se presentes ao ato 12 cardeais da Igreja Romana, numerosos arcebispos e bispos, os membros do Corpo diplomático acreditado junto à Santa Sé, representantes das principais organizações de radiodifusão e das firmas que tomaram parte na construção do nôvo Centro (20).

Na Estação de Santa Maria di Galeria foram instalados: o transmissor Philips de 100 kw, para ondas curtas, oferecido em 1950 pelos católicos holandêses; dois transmissores Brown-Boveri, de 10 kw cada um, para ondas curtas; um transmissor Brown-Boveri de 120 kw, para ondas médias; e um comutador de antenas de ondas curtas. Nas proximidades do edifício foi montado um complexo sistema de antenas para ondas curtas. Mais perto do prédio da Estação, ergueram-se duas altas torres: uma para a antena de ondas médias e a outra para as antenas das pontes-rádio. No próprio edifício do Centro de Transmissão foi instalada finalmente uma sub-estação elétrica para a alimentação das instalações.

#### 4.º Período de desenvolvimento (1959 — até hoje)

A realização completa do plano geral de ampliação, aperfeiçoamento e modernização da Emissora da Santa Sé continuava a exigir novas instalações técnicas e novos instrumentos de transmissão.

Aos 29 de junho de 1959, foi inaugurado um novo complexo de repartições e estúdios, no edifício do ex-museu Petriano, situado entre o Palácio do Santo Ofício e o braço direito da colonata de Bernini, em Roma.

Nele foram instalados dois estúdios para transmissões, bem como as diversas repartições do Rádio-jornal, da Redação, de algumas Secções linguísticas e de outros serviços anexos (21).

Aos 10 de agosto de 1960, o cardeal José Frings, arcebispo de Colônia, na Alemanha, por ocasião do seu jubileu sacerdotal, ofereceu ao Santo Padre João XXIII um transmissor Telefunken de 100 KW, para ondas curtas, transmissor que, segundo a vontade expressa do doador, deveria ser empregado nas transmissões da R.V. dirigidas para a África (22).

19) Alocução de Pio XII após a inauguração do Centro de Transmissão de Santa Maria di Galeria "Attendite Populi de longe" (A.A.S., XLIX (1957), pág. 964; *Oss. Rom.*, anno 1957, N.º 251 (29.614), lunedì-martedì, 28/29-10-57, páginas 1 e 2).

20) As firmas que tomaram parte nos trabalhos de construção do nôvo Centro eram: Brown-Boveri, Philips, R.C.A., Telefunken, Marconi, Tecnimasio Italiano, Società Romana di Elettricità, Compagnia Generale di Elettricità, Dalmine, F.I.A.R.

21) *Oss. Rom.*, anno 1959, N.º 149 (30.116), mercoledì, 1-7-59, pág. 6.

22) Sobre o fato escreve *Attività della Santa Sede* (1960, pág. 380): "Va ricordato innanzi tutto, l'allestimento di un nuovo trasmettitore da 100 kw ad onde corte, dovuto alla generosità dei cattolici della Arcidiocesi di Colonia, ed offerto da S. Em. Rev. ma. il Card. Giuseppe Frings, in occasione del proprio Giubileo Sacerdotale... Col nuovo trasmettitore "Telefunken", che si prevede entrerà in esercizio nel corso del 1961, si conta incrementare, particolarmente, anche secondo le intenzioni dell'Eminentissimo donatore le trasmissioni destinate al Continente Africano".

Instalado no Centro de Transmissão de Santa Maria di Galeria, por técnicos alemães da Telefunken, vindos especialmente de Berlim, o novo transmissor foi inaugurado, no dia 6 de novembro de 1961 (23).

Após a bênção que foi dada pelo próprio cardeal Frings, o Santo Padre João XXIII inaugurou as transmissões diárias para a África com uma especial radiomensagem (24).

O desvêlo do Santo Padre João XXIII pela Rádio Vaticano e o generoso gesto do cardeal arcebispo de Colônia despertaram mais uma vez no mundo católico o desejo de contribuir para o aperfeiçoamento da Emissora da Santa Sé.

No ano comemorativo do trigésimo aniversário de fundação da R. V. foram oferecidos ao Santo Padre João XXIII três novos transmissôres de 100 kw cada um, para ondas curtas, transmissôres que serão instalados no decorrer dos próximos anos, no Centro de Transmissão de Santa Maria di Galeria. Foram ofertas respectivamente: do episcopado da Austrália e da Nova Zelândia, do cardeal Francisco Spellman, arcebispo de Nova Iorque, e da Associação norte-americana dos Cavaleiros de Colombo.

Visitando o Centro de Transmissão de Santa Maria di Galeria, ao 1 de outubro de 1961 (25), o Santo Padre João XXIII manifestou a sua satisfação por constatar de perto e pessoalmente que o plano de ampliação, aperfeiçoamento e modernização da Emissora que a Santa Sé lhe pusera à disposição "para o desempenho do seu ofício pastoral" (26) estava sendo levado a bom termo, "graças à munificência dos fiéis de todo o mundo e agora especialmente pela clarividente e generosa liberalidade dos cardeais José Frings, arcebispo de Colônia, Francisco Spellman, arcebispo de Nova Iorque, Norman Tomás Gilroy, arcebispo de Sidney e dos demais bispos da Austrália e da Nova Zelândia, bem como dos Cavaleiros de Colombo" (27).

### 3. Desenvolvimento do setor de programas

Os programas radiofônicos da Emissora da Santa Sé apresentam no seu desenvolvimento três fases bem distintas. A primeira pode ser considerada uma fase de experiência e de organização. Vai da fundação, em 1931, até ao comêço da guerra, em 1939. A segunda foi uma fase de emergência.

23) *Oss. Rom.*, anno 1961, N.º 258 (30.830), mercoledì, 8-11-61, pág. 2; *A.S.S.*, 1961, pág. 454.

24) Radiomensagem aos povos da África "Fausto hoc die", de 6 de novembro de 1961, por ocasião da inauguração do novo transmissor Telefunken, oferecido pelo Cardeal José Frings, Arcebispo de Colônia, e pelos fiéis de sua arquidiocese (*A.A.S.*, LIII (1961), pp. 733-734; *Oss. Rom.*, anno 1961, N.º 258 (30.830), mercoledì, 8-11-61, pp. 1-2).

25) *Oss. Rom.*, anno 1961, N.º 228 (30.800), lunedì-martedì, 2/3-10-61, pág. 1.

26) Radiomensagem do Santo Padre João XXIII "Ad effectum tandem" de 1.º de outubro de 1961, por ocasião de sua visita ao Centro de Transmissão da Rádio Vaticano, em Santa Maria de Galeria (*A.A.S.*, LIII (1961), p. 682; *Oss. Rom.*, anno 1961, N.º 228 (30.800), lunedì-martedì, 2/3-10-61, pág. 1).

27) *Ibidem.*

A Rádio Vaticano, durante o conflito mundial, funcionou quase exclusivamente como agência radiofônica de informações para os prisioneiros e dispersos. A terceira fase é a que teve início depois da guerra.

### 1.º Fase de desenvolvimento (1931-1939)

A Rádio Vaticano, idealizada e realizada pelo Eng. Guilherme Marconi, para difundir a voz do Sumo Pontífice em todo o mundo, foi confiada pelo Papa Pio XI, seu fundador, a conselho do próprio Marconi, à direção do P. José Gianfranceschi S. J. então Reitor da Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma e Presidente da Pontifícia Academia de Ciências, religioso muito conhecido nos ambientes intelectuais daquela época, pela sua grande preparação científica (28).

Embora a finalidade da Emissora da Santa Sé fosse a de transmitir ao mundo a palavra do Papa, desde o ano de sua fundação, julgou-se necessária e oportuna a transmissão frequente de programas radiofônicos, mesmo que estes não contivessem a palavra do Papa. O motivo era óbvio. Impunha-se, sobretudo naqueles primeiros anos de atividade, uma comprovação contínua das condições de propagação das ondas radiofônicas. Mais tarde julgou-se oportuno que essas transmissões experimentais se tornassem diárias, também por um outro motivo não menos importante: habituar os ouvintes a sintonizar facilmente a R. V. Assim, nas ocasiões das mensagens pontifícias, das cerimônias papais e de outros grandes acontecimentos do Vaticano, poder-se-ia contar com uma transmissão tecnicamente satisfatória e de fácil sintonia por parte dos ouvintes.

Nos primeiros anos, os programas dessas transmissões experimentais eram elaborados e lidos pelo próprio P. Gianfranceschi e por alguns seus colaboradores (29). Consistiam na leitura de artigos do *Osservatore Romano*, de informações fornecidas pela Agência "Fides", do boletim mensal "Scientiarum Nunciis Radiophonicus" da Pontifícia Academia de Ciências e de notícias diversas.

Morto o P. Gianfranceschi, Pio XI nomeou, aos 12 de agosto de 1934, Diretor da Rádio Vaticano, o P. Filipe Soccorsi S. J. (30).

O novo Diretor, a princípio limitou-se a continuar as transmissões experimentais começadas pelo P. Gianfranceschi. Depois, prevendo o futuro desenvolvimento da Emissora da Santa Sé, procurou garantir-lhe uma posição jurídica entre os organismos de radiodifusão, de acordo com os regulamentos internacionais. Assim, em 1936, a R. V. foi recebida na União Internacional de Radiodifusão (U. I. R.) com direito a exercer atividade radiofônica sem limitação de tempo e de lugar (31).

28) Carta autografa do Papa Pio XI ao Pe. Giuseppe Gianfranceschi S. J. conservada no arquivo da Direção da Rádio Vaticano.

29) Esses primeiros colaboradores foram Mons. Smith, vice-reitor do Colégio Inglês de Roma, e o Pe. Delaire, vice-reitor do Colégio Francês de Roma (Consulte-se a este respeito Soccorsi, *Note sul primo decennio della R. V.*, pág. 6).

30) *A.A.S.* XXVI (1934, pág. 563; *Oss. Rom.*, anno 1934, N.º 187 (22.555), lunedì —, Martedì, 13/14-8-34, pág. 1.

31) Soccorsi, *Note sul primo decennio della R. V.*, pág. 9.

Com os melhoramentos realizados em 1937 e com a construção dos estúdios em 1939, registrou-se um aumento considerável de programas.

Em 1938 foi criado um Serviço de Informações Católicas (32), e pouco a pouco as transmissões nas principais línguas européias se tornaram bisemanais. Foi nesta época que o Diretor da Rádio Vaticano recebeu os dois primeiros colaboradores estáveis para a elaboração e leitura dos programas. Eram eles: o P. Muckermann, diretor do S.D.A. (Secretariatus defensionis contra atheismum) e o P. Ledit, diretor de "Lettres de Rome", publicações estas que, pelo número de redatores e correspondentes de que dispunham, ofereciam à R.V. um rico material informativo e apoloético, já redigido em diversas línguas (33).

## 2.ª Fase de desenvolvimento (1940-1946)

Em 1940, os programas em italiano, francês, inglês, alemão e espanhol passaram a ser diários. Bisemanais ou mesmo trisemanais, os programas em português, polonês, ucraino, lituano e, por algum tempo, também o russo.

No início da guerra, o P. Soccorsi informou o Papa Pio XII sobre as dificuldades em que se encontrava a R. V. por causa da escassez dos colaboradores estáveis, pela falta de informações devida à interrupção das comunicações e principalmente pelas consequências possíveis que as transmissões poderiam causar, dada a delicadeza da situação política do momento. Pio XII, porém, respondeu ao Diretor da R. V. manifestando o seu desejo de que as transmissões continuassem como antes, na medida do possível (34).

Por vontade expressa do Papa, a R.V. nos anos da guerra, foi posta ao serviço da Repartição de Informações do Vaticano, instituição dependente da Secretaria de Estado do Sumo Pontífice e que tinha como finalidade descobrir o paradeiro de pessoas dispersas ou desaparecidas durante a guerra (35).

As transmissões de mensagens da Repartição de Informações do Vaticano que no princípio da guerra se limitavam a poucas horas por semana, aumentaram rapidamente, perfazendo um total de 70 transmissões semanais, algumas de 2 ou 3 horas consecutivas.

De 1940 a 1946 a Rádio Vaticano transmitiu um total de 1.240.728

32) Soccorsi, *ibid.*, pp. 13-14.

33) Soccorsi, *ibid.*, pág. 11.

34) Soccorsi, *ibid.*, pág. 15.

35) "Per desiderio di Sua Santità presso la Sua Segreteria di Stato cominciò subito a funzionare un servizio per rispondere alle sollecitazioni ed alle ansie di tante famiglie afflitte: quello di avere notizie nonostante le persistenti grandi difficoltà circa la sorte di persone che si trovavano nel territorio polacco nei tristissimi giorni della lotta" (A.S.S., 1939, pág. 19). Sobre a história e organização da Repartição de Informações do Vaticano consulte-se: *La Chiesa e la guerra — Documentazione dell' opera dell' Ufficio Informazioni del Vaticano*. Edizioni Civitas Gentium, Città del Vaticano, 1944.

mensagens da Repartição de Informações do Vaticano, com o emprêgo complexo de 12.105 horas de transmissão (36).

### 3.ª Fase de desenvolvimento (1946 até hoje)

Terminada a guerra, teve início a fase pròpriamente de expansão da R. V. no setor de programas. Foram multiplicadas as secções linguísticas. Constituiu-se uma redacção geral de programas. Fundou-se o rádio-jornal. Organizaram-se as transmissões estritamente religiosas. Tiveram início os programas artísticos-musicais.

A R.V. que até ao fim da guerra transmitia programas apenas nas línguas européias, em 1948 contava já com programas em 19 línguas, a saber: árabe, alemão, checo, croata, eslovaco, espanhol, etíope, francês, inglês, italiano, holandês, húngaro, letónio, lituano, polonês, português e ucraino, rumeno e esloveno. Em 1949, começaram as transmissões em ruteno, búlgaro e estónio (até 1952) latim e russo. Em 1950, as transmissões em chinês. Em 1951, em albanês. Em 1961 em esvaíli. E em 1962, recomeçaram as transmissões em estónio, interrompidas em 1952.

Como o sistema de ondas dirigidas do Centro de Transmissão de Santa Maria di Galeria oferecia a possibilidade de aumentar os programas de algumas das principais línguas, foram iniciadas transmissões, dirigidas directamente para determinados países ou regiões. Assim, aos 12 de março de 1958, foram inauguradas as transmissões diárias em português, para o Brasil (37) e em espanhol, para os demais países da América Latina. No mesmo ano, tiveram início transmissões bisemanais em português, francês, inglês, para a África e em inglês para a União Indiana, Paquistão e Ceilão. Em 1960, começaram as transmissões em inglês para as Filipinas. Finalmente, aos 6 de novembro de 1961, principiaram as transmissões diárias para a África, 2 em inglês, 2 em francês, 1 em português, 1 em árabe e 1 em esvaíli (38).

36) Dados estatísticos referentes às transmissões de mensagens da Rádio Vaticano a serviço da Repartição de Informações do Vaticano, publicados por Farusi-Bosca, obra citada, pp. 46-48.

37) A Secção Brasileira da Rádio Vaticano, criada nessa data, foi confiada à direcção do Pe. Antônio Aquino S. J., então Diretor de Estudos do Pontifício Colégio Pio Brasileiro em Roma, que foi sucessivamente coadjuvado no decurso do ano de 1958 pelos jesuitas: Pe. Antônio Alcântara, José Carlos de Lima Vaz, Marcelo Carvalho de Azevedo e Afonso Gessinger. Desde aquêlê ano até 1960, prestaram a sua preciosa colaboração à Secção Brasileira os Padres Gothardo Thomaz de Lemos e Miguel Câmara, ambos da arquidiocese de Fortaleza.

Ao primeiro de janeiro de 1959 assumiu a direcção da Secção o Pe. Paulo Bessa de Almeida S. J. Prestam actualmente a sua colaboração à Secção Brasileira, na elaboração e apresentação dos programas, os jesuitas Pe. Leopoldo Adami e Zeno Etges, o clérigo escolápio Paulo Edgar de Almeida Rezende, e as Missionárias de Jesus Crucificado Irmã Teresa de Jesus Muniz e Irmã Maria de Lourdes Barros.

38) O início dessas novas transmissões é registrado em *Attività della Santa Sede*:

12-3-53 — início das transmissões diárias para a América Latina, em

Para garantir uma certa unidade de orientação nos programas, foi constituído um Serviço de Redação Geral, encarregado de fornecer às diversas seções lingüísticas um material de fundo comum.

O Rádio-jornal, criado após a guerra com o nome de I.R.V.A.T. (Informações da Rádio Vaticano) encarregou-se de redigir e transmitir um boletim diário de informações.

Em 1952, a R. V. começou a transmitir diàriamente o santo rosário, recitado em italiano. Em 1956, essas transmissões foram suspensas. Atendendo a um número sempre maior de pedidos, não só da Itália, mas também de muitos outros países, foram recomeçadas as transmissões diárias do rosário. Cada noite, um grupo de nacionalidade diversa recita em latim o têrço (39).

Em 1940, a R. V. começou a transmitir a missa dominical. Em 1950, tiveram início as transmissões de liturgias orientais diversas, celebradas na própria capela da Sede Central da Rádio, no Vaticano (40).

Desde a sua fundação, a R. V. transmite de quando em vez alguns programas de música. Em 1950, porém, foi organizada uma secção artístico musical. Aos 20 de julho daquele ano, teve início a transmissão de um programa denominado "Concerto de quinta-feira", programa êste que visa sobretudo a difusão da música sinfônica e de câmara, inspirada direta ou indiretamente em motivos religiosos (41).

Durante essa última fase de desenvolvimento, o Papa Pio XII dera à Rádio Vaticano um nôvo diretor, na pessoa do P. Antônio Stefanizzi, nomeado para o cargo, aos 24 de março de 1953 (42).

---

português para o Brasil e em espanhol para os demais Países (A.S.S. 1958, página 296).

29-9-60 — início das transmissões para as Filipinas (A.S.S. 1960, p. 381).

6-11-61 — início das transmissões em inglês, francês, português, árabe, swahili, para a Africa (A.S.S., 1961, pág. 454).

39) A.S.S., 1952, pp. 320-321.

40) A.S.S., 1951, pág. 434.

41) Já nos primeiros anos de atividade a Rádio Vaticano, de quando em vez, apresentava programas musicais. Assim, por exemplo, no Natal de 1937, por ocasião da inauguração do nôvo Telefunken, transmitiu um concêrto, dirigido pelo conhecido Maestro Lorenzo Perosi. Consulte-se a êste respeito Soccor-si, *op. cit.* pp. 18-19.

42) *Oss. Rom.* ano 1953, N.º 73 (28.226); domenica, 29-3-53, pág. 2.

**NOVA META — RELAÇÕES PÚBLICAS  
NO DEPARTAMENTO DE IMPRENSA DA CRB**

**Assim brilhe a vossa luz diante dos homens, para que vejam as vossas boas obras e glorifiquem vosso Pai que está nos céus (Mt 5, 16).**

“Ide e ensinaí a todos os povos” é a palavra de ordem do Divino Mestre à sua Igreja. É a meta fundamental da atividade da Igreja e, forçosamente, também desta Conferência dos Religiosos, no seu conjunto e em cada um dos seus Departamentos.

Assim, considerando a importância cada vez maior e a influência cada vez mais avassaladora da Imprensa escrita e falada na formação da mentalidade e na orientação do procedimento dos povos, não pode a CRB deixar de, através de seu Departamento de Imprensa, interessar-se por mais esta modalidade de apostolado, apresentando a todos a doutrina e as obras da Igreja, dentro da técnica moderna, cooperando e participando também dos esforços do SNOP — Secretariado Nacional de Opinião Pública da CNBB.

**1 — Constituição de “Relações Públicas” e seus objetivos**

Foi assim que, em sua sessão realizada aos 27 de abril do corrente ano, resolveu unânimeamente a Diretoria da CRB ampliar o campo de ação do

---

**NOTA IMPORTANTE**

Quanto ao comunicado abaixo “Nova Meta — Relações Públicas no Departamento de Imprensa da CRB”, devemos um esclarecimento antecipado.

Pelo título e conteúdo, poderia parecer que, até esta data, a CRB e seu Departamento de Imprensa nada tivessem pensado sobre o assunto, quando, pelo contrário, a verdade é que o mesmo já foi muitas vezes ventilado. Basta ver e rever a Revista da CRB (n.ºs. 38, 40, 46 e outros), onde se fala da Imprensa Católica, de Cursos de Jornalismo, de Encontros de Redatores, da Unificação de nossa Imprensa, etc. Grande trabalho e muito esforço já foi desenvolvido, muita tinta já foi gasta, — mas infelizmente até hoje, com pouco resultado prático, exceção-se os conhecimentos jornalísticos e técnicos adquiridos pelos cursistas.

Assim, destinando-se a maior divulgação o escrito que segue, inclusive por meio de separatas a serem entregues a Jornais e Revistas, é o mesmo redigido como se novidade fosse na CRB, embora mais não seja que exatamente a concretização e um passo firme para a execução de pensamentos cristalizados em trabalhos, artigos, cursos realizados pelo Departamento de Imprensa, como se infere da Resolução n.º 1 do I Curso de Jornalismo (cf. Rev. da CRB, julho de 1958) e cujo teor foi reafirmado no II Curso, em Recife, janeiro de 1959, nestes termos: “Infiltração do pensamento católico na imprensa leiga ou ‘neutra’ (cf. Rev. da CRB, n.º 46, abril de 1959, págs. 244).

Departamento de Imprensa, criando em seu seio um organismo cuja finalidade é justamente manter a linha de relações públicas e, ao mesmo tempo, as atividades de formação e orientação da opinião pública, tendo como lema: orientar e formar informando.

É de suma importância neste afã a criação de ambiente, tanto no meio da imprensa católica, quanto no da leiga, (mais tarde também no rádio, cine e TV), de forma a despertarmos e nutrirmos o interesse de ambas pelas notícias deste Departamento, ora refundido, e serem as mesmas divulgadas em colunas especializadas ou, em caso de utilidade geral, no noticiário normal. Visa-se destarte a conquistar, repetimos, o interesse do público em geral, independentemente da convicção política, filosófica ou religiosa do leitor leigo, em tôdas as camadas econômico-sociais.

Tal tarefa de que a Diretoria da CRB achou por bem incumbir este Departamento encontrará, sem dúvida, as dificuldades próprias de todo começo e, talvez até, alguma resistência passiva decorrente do desconhecimento da natureza e alcance de nossos trabalhos. Mas, estamos certos de que, uma vez vencida esta primeira barreira, os caminhos se aplanarão e nossos objetivos serão atingidos.

## 2 — Regulamento funcional e importância de "Relações Públicas" no Departamento de Imprensa

O planejamento, a regulamentação e o funcionamento deste nosso serviço informativo obedecerão rigorosamente à linha fundamental e coordenadora pela qual se rege a atividade da CRB e seus Associados.

Sintetizando nosso objetivo, informamos que o Setor de Relações Públicas funcionará na sede da CRB, fazendo parte integrante do Departamento de Imprensa e criado para receber e escolher toda e qualquer comunicação, enfim tudo que represente material informativo no terreno da ação ou influência da CRB e seus membros, material esse que, depois de devidamente analisado e classificado conforme sua importância de âmbito local, estadual, nacional ou universal, e atendendo sempre à natureza de seu assunto, será transformado em artigos e notícias de feição jornalística, amoldados e resumidos, sem alterar seu conteúdo real.

Alcançada esta etapa, ou seja, uma vez contando com a cooperação efetiva de todos os Associados da CRB e de posse do material informativo — o que é fundamental para o bom funcionamento do Setor de Relações Públicas — iniciaremos a distribuição dessas notícias, devidamente condicionadas, por aquele grupo da imprensa em cuja linha melhor se enquadrem. É com este fito que estamos já catalogando o maior número possível dos órgãos de divulgação com os quais pretendemos manter relações deste gênero. Outrossim, podemos acrescentar, é nosso intento estabelecer um contato permanente e atuante, através da permuta de notícias, com as Conferências dos Religiosos deste e dos outros continentes.

É inegável a importância advinda da mais ampla cobertura jornalística possível das atividades da CRB e dos seus membros, até agora desco-

nhecidas do grande público leigo. Não menos certo, porém, é que de nossos Associados dependerá, em grande parte, a vitalidade e o êxito dêste nosso empreendimento.

Aproximadamente 5.000 casas religiosas e 500 sedes de seus governos, congregando ao todo 45.000 religiosos e religiosas, organizam congressos, fundam hospitais, dirigem educandários, mantêm obras sociais, atuam de tôdas as formas no campo do apostolado, e isto tanto nos grandes centros quanto nos mais recônditos confins de nosso Territórios, — sem que o grande público disso tome conhecimento, a não ser em casos esporádicos ou de interesse sensacionalista e, por vêzes, tão mal apresentados.

Não é apenas uma necessidade, mas sim um verdadeiro dever nosso o sairmos do anonimato, não deixarmos escondida a luz debaixo do alqueire, para irmos à conquista daquele espaço no mundo noticioso que justamente nos cabe, por direito e pela grandeza de nossos objetivos.

### 3 — Cooperação das Casas religiosas associadas

Solicitamos, pois, a todos os nossos Associados que dêem a devida atenção a êste nosso esforço, contribuindo cada um com sua parcela para a atuação e o desenvolvimento eficiente do Setor de Relações Públicas. Críticas objetivas, sugestões práticas, qualquer idéia de caráter construtivo, serão sempre bem-vindas, estudadas e apreciadas.

A nossa matéria-prima é a NOTÍCIA, como acima dissemos. Assim sendo, pedimos nos informem, sistematicamente, sôbre qualquer acontecimento planejado ou consumado, projetos em estudo, viagens, congressos, ordenações, nomeações, transferências, fundações, visitas de maior projeção, o quer que fôr de interesse geral ou local, remetendo tudo à:

Conferência dos Religiosos do Brasil  
Departamento de Imprensa  
Av. Rio Branco, 131 — 9.º andar  
ZC-21 — GUANABARA  
Enderêço telegráfico:

CONFERÊNCIA  
RIO DE JANEIRO

Acreditamos que haveremos de receber centenas de notícias, cada dia. Entretanto, ao atenderem a êste nosso apêlo, sugerimos e agradecemos, de antemão, se possível, a confecção e remessa de notícias, destacando-as separadamente, conforme a penetração potencial visada e o caráter do assunto, facilitando-nos dêste modo os dispositivos técnicos na classificação e ordenamento do material esperado, bem como seu aproveitamento mais rápido e eficiente.

Nosso propósito, todavia, não envolve o compromisso de transformarmos em notícia todo o material que viermos a receber, podendo uma ou outra

informação ser julgada inoportuna para ser divulgada na época quando surgir. Entretanto, consideraremos qualquer notícia de nossos Associados, donde quer que ela venha, merecedora de ser estudada, redigida e distribuída, de acôrdo com as necessidades e conveniências do momento.

Para terminar, melhor, para começar, pedimos, para já, a primeira comunicação de V. Revma, acusando ter lido êste nosso comunicado, esperando de nossa parte constitua a mesma uma nota promissora e solidarizante, para maior proveito dos nossos trabalhos neste árduo e nôvo caminho que ora encentamos.

L. E.

**EDITORA COLEÇÃO FTD LTDA**

Irmãos maristas

Rua do Lavapés, 1009 — CP 15.176 — Fone: 377928  
São Paulo (12)

A Editôra COLEÇÃO FTD LTDA dos Irmãos Maristas comunica aos seus prezados clientes e admiradores que, tendo-se desligado por acôrdo amigável, da Editôra do Brasil SA, atenderá em sua sede — endereço acima — e nos centros autorizados.

Aceita encomendas por reembolso.

Livraria, colégios, casas religiosas gozam do desconto de 30%.

Dê sua preferência a uma Editôra de Livros Didáticos de orientação segura e cristã.

## RELIGIOSOS CANADENSES E ESTADUNIDENSES A CAMINHO DA AMÉRICA LATINA

O Encontro em Cuernavaca (México), de 27 de maio a 4 de junho

Pe. Tiago G. Cloin CssR

Os Religiosos dos Estados Unidos e do Canadá estão tomando muito a sério a insistência da Santa Sé de intensificarem sua solidariedade com a Igreja latino-americana, ajudando em maior escala e em ritmo mais acelerado a Igreja em nosso continente. No ano passado, a Conferência dos Religiosos dos Estados Unidos tomou a iniciativa de estabelecer um diálogo direto entre Superiores Maiores estadunidenses e especialistas em Pastoral da América Latina, para estudar onde e como aplicar o pessoal religioso à disposição. Este encontro se realizou de 23 a 25 de janeiro de 1962, em Washington, na sede da "National Catholic Welfare Conference" do Episcopado norte-americano, para o qual foi convidada também uma delegação da Conferência dos Religiosos do Canadá (cfr. Revista da CRB, 1962, págs. 133-38).

Este ano, foi o Canadá que tomou a iniciativa, organizando semelhante Encontro, porém, de muito maior alcance. Os Religiosos canadenses, em vez de convidarem os Latino-Americanos para virem se encontrar com eles no Canadá, tomaram antes a decisão de ir ao encontro dos mesmos no próprio território latino-americano. Escolheram para lugar do Encontro a cidade de Cuernavaca, no México, a 80 km da Capital, onde funciona, no ex-Hotel "Chula Vista", o Centro de Formação Intercultural, dirigido pelo Reverendíssimo Mons. Illich, da Arquidiocese de Nova York. Neste Centro organizam-se, cada ano, dois cursos, de quatro meses cada um, para Sacerdotes, Religiosos, Religiosas, leigos e leigas que vêm ajudar a Igreja dos países latino-americanos de língua castelhana, como o Centro de Petrópolis, sob a direção do Revmo. Pe. Frei João Batista Vogel, O.F.M., os organiza para o Brasil.

Quando a Conferência canadense comunicou o plano aos Superiores e Superiores Maiores do Canadá e dos Estados Unidos, a idéia encontrou uma aceitação superior a qualquer expectativa, a ponto de não poderem ter sido atendidos 70 interessados, dado o limite de número de lugares de que dispunha o ex-Hotel "Chula Vista".

### 1 — Participantes

Na tarde de 26 de maio chegou uma verdadeira caravana de Superiores e Superiores Maiores do Canadá e dos Estados Unidos à porta do

"Chula Vista", que hospedaria durante uma semana inteira 87 participantes do Encontro. 11 deles pertencem ao "staff" do Centro de Formação Intercultural de Mons. Illich. O Canadá participou com 35 representantes entre os quais se contava o Exmo. Sr. Arcebispo de Ottawa, Dom Lenieux, O. P., Presidente da Comissão Latino-Americana na Conferência Episcopal Canadense, 31 Superiores e Superioras Maiores e três delegados, dos quais dois leigos, da Ação Católica Canadense. Dos Estados Unidos estiveram presentes 20 Provinciais de Congregações masculinas e femininas. Tivemos no nosso meio mais quatro representantes da Europa; o delegado do Cardeal Frings, de Colônia (Alemanha), o do Cardeal Suenens, de Malinas (Bélgica), o da Obra de Cooperação Sacerdotal Hispano-Americana (OCSHA), de Madrid (Espanha), e o Revmo. François Houtart, Diretor do Centro de Investigação sócio-religiosa de Bruxelas (Bélgica). Os Latino-Americanos foram 17, entre os quais três Secretários de Conferências dos Religiosos (do México, do Chile e do Brasil) e 10 Arcebispos e Bispos: de México-City (México), Medellín (Colômbia), Caracas (Venezuela), Talca (Chile), San Juan Bautista de las Misiones (Paraguai), Cuernavaca (México), Cajamarca (Peru), o Delegado Apostólico do México, Dom Helder Câmara (Rio de Janeiro) e Dom Eugênio de Araújo Sales (Natal-RN).

## 2 — Início dos trabalhos

Os Superiores e Superioras Maiores do Canadá dedicaram os dois primeiros dias do Encontro à espiritualidade, segundo o método do Movimento do Mundo Melhor, sob a orientação do Revmo. Pe. Gervásio Labbé, S. V., canadense e membro da equipe do Mundo Melhor do Nordeste do Brasil, enquanto os Norte-Americanos estudaram, em círculos de estudo e debates, orientados pelo Mons. Illich, a repercussão de sua aculturação à América Latina, no sentido de uma renovação da vida religiosa e da vivência dos votos.

Depois, os dois grupos se reuniram para o principal trabalho do encontro: um diálogo com especialistas em Pastoral Latino-Americana sobre o nosso continente, suas necessidades e possibilidades apostólicas bem como experiências pastorais. Havia tradução simultânea para o francês e o inglês.

## 3 — Conferencistas

Ao abrir a série de conferências, falou o Revmo. Pe. Houtart, fazendo uma exposição magistral sobre a situação e os novos rumos da Pastoral na América Latina, resultado de uma recente reunião de teólogos e sociólogos em Santiago do Chile, preparando a continuação da publicação de: "La Iglesia latino-americana en la hora del Concílio". O Revmo. Pe. Renato Poblete, S. J., sociólogo do Centro Bellarmino de Santiago do Chile e Secretário da Conferência dos Religiosos daquele país, falou sobre a unidade e diversidade da América Latina. O problema da aculturação à América Latina foi tratado pelo Revmo. Pe. Joseph Fitzpatrick, S. J., da Universidade de Fordham

(USA) e professor do Centro de Formação Inter-cultural de Cuernavaca e Petrópolis. O Presidente do CELAM, Sua Excia. Dom Miguel Darío Miranda y Gomes, Arcebispo de México, descreveu o papel dos Religiosos e Religiosas na América Latina. Em um painel sobre a Pastoral na América Latina foram entrevistados os Exmos. Srs. Dom Manuel Larrain, Bispo de Talca (Chile), Dom Helder Câmara e Dom Eugênio de Araújo Sales. Sua Excia. Dom José Antônio Dammert, Bispo de Cajamarca (Perú), encerrando a série de conferências, expôs a urgente necessidade de adaptar o Direito Canônico à realidade latino-americana, ilustrando o tema com inúmeros exemplos de ordem pastoral.

#### 4 — Experiências pastorais.

Entre as experiências pastorais, apresentadas aos Superiores e Superiores Maiores do Canadá e dos Estados Unidos, mencionamos de modo particular: 1) o originalíssimo Seminário Menor da diocese de San Juan Bautista de las Misiones no Paraguai, organizado e apresentado pelo Bispo Diocesano, Dom Ramón Bugarin; 2) a "União paroquial" de mais de 20 paróquias da zona proletária do Bogotá (Colômbia), pelo Revmo. Pe. Hermán Jiménez; 3) o apostolado entre os "marginais" em Santiago do Chile, pelo Revmo. Pe. del Corro, S. J.; 4) o apostolado entre a juventude estudantil na Universidade esquerdista de Caracas, pelo Exmo. Sr. Dom Luís Henriques; 5) a experiência pastoral numa paróquia experimental em meio proletário, na cidade de Panamá, pelo Revmo. Pe. Leon Mahon.

Também o Brasil deu a sua contribuição nesta série de experiências. A exposição sobre o plano regional de Pastoral do Nordeste, apresentado pelo responsável do Secretariado Regional da CNBB, Dom Eugênio de Araújo Sales, de Natal-RN, impressionou profundamente o auditório e preparou o terreno para a palestra do Secretário Geral da CRB que, depois de uma breve exposição sobre a organização da CRB, descreveu o crescente entrosamento com a Conferência dos Bispos do Brasil e expôs os critérios que a CRB adota para a orientação das novas fundações dos Institutos religiosos que vem estabelecer-se no Brasil, dando prioridade ao Nordeste, em atenção às necessidades espirituais da região e às particulares possibilidades apostólicas para os Institutos, caso se enquadrarem no plano regional de Pastoral. Em seguida houve em plenário um vivo diálogo entre o Secretário da Conferência dos Religiosos do Canadá e Dom Eugênio sobre a aceitação de fundações em pontos estratégicos e de tarefas nos setores vitais da pastoral do Nordeste.

#### 5 — O clima do encontro

Foi um encontro de particular riqueza espiritual e apostólica. A Capela do Centro, uma jóia arquitetônica, de uma simplicidade — para não dizer pobreza — evangélica, com o altar no meio e os bancos rústicos ao redor, constituía o verdadeiro centro de gravidade do Encontro. Nos primeiros dias havia, à tardinha, uma hora de exposição do Santíssimo; e uma vez houve

adoração noturna que se prolongou até a Missa das sete da manhã. O Bispo de Cuernavaca introduziu para sua diocese o costume de os sacerdotes, durante a Missa, administrar a santa Comunhão sob a fórmula "Corpus Christi", respondendo o comungante, ao receber de pé a Sagrada Hóstia: "Amen". Aconselha ainda os sacerdotes, que frequentam o curso de Formação Inter-cultural, a participarem com os demais cursistas, na Missa comunitária do Centro, recebendo a S. Comunhão, em vez de celebrarem pessoalmente a Missa. Vários sacerdotes do Encontro seguiram êste conselho. Uma Madre Geral me confessou, com lágrimas nos olhos: "E' a primeira vez que participo em semelhante Missa comunitária. Como é expressivo!".

## 6 — O resultado

Todos os participantes conservarão do encontro de Cuernavaca uma indelével recordação, pela convivência que tiveram durante uma semana inteira, com tantas pessoas de alta responsabilidade, em um ambiente agradável, como o do ex-Hotel "Chula Vista", em um clima de tão intensa confraternização e preocupação apostólica. Várias vezes se ouviu uma exclamação espontânea: "Estamos vivendo o espírito do Concílio Ecumênico". Todos testemunharam que o resultado do Encontro valeu bem — e mais do que isso — as despesas de viagem. Os Superiores Maiores do Canadá e dos Estados Unidos qualificaram de excepcional e providencial a experiência a respeito do nosso continente, colhida nos muitos e variados contatos.

Embora o Encontro visasse, em primeiro lugar, apenas a uma introdução a ulteriores entendimentos entre representantes dos dois continentes, sobre um maior auxílio à América Latina, em ritmo acelerado, contudo não faltaram resultados imediatos e palpáveis. A Conferência canadense iniciou negociações sobre uma ajuda em pessoal e finanças à Confederação Latino-Americana de Religiosos (CLAR), cujo Secretário, o Revmo. Pe. Daniel Baldor S. J., infelizmente não pode estar presente, por não ter conseguido, sendo de nacionalidade cubana, o visto do Governo mexicano. Os Superiores Maiores do Canadá concordaram, em princípio, também em organizar para a América Latina uma equipe de especialistas em sociologia religiosa, catequese e Ação Católica etc.

No que diz respeito ao Brasil, posso afirmar que entre os Latino-Americanos mais procurados nos intervalos das reuniões figuraram Dom Eugênio de Araújo Sales, de Natal-RN, e o Secretário Geral da CRB. Várias Congregações iniciaram já negociações sobre a aceitação de fundações em nosso País.

## 7 — O encerramento

A última reunião do Encontro teve uma nota sensacional, que ilustra eloqüentemente a impressão que os Superiores Maiores do Canadá iam levar à sua terra. O Secretário permanente da Conferência canadense perguntou a Dom Eugênio: "Aceita Vossa Excia. a proposta de nós, Canadenses, enviar-

mos especialistas nossos em Pastoral para trabalharem durante alguns anos, sob sua orientação, no plano regional do Nordeste, para depois, voltando ao Canadá, estarem em condições de nos ensinarem como adaptar e atualizar a nossa Pastoral às necessidades do nosso país?". Confessou por estas palavras o Secretário permanente que os Superiores Maiores do Canadá, nos seus contatos com os Latino-Americanos, não se tinham sentido como mestres de Pastoral, mas antes como alunos.

A despedida teve, não obstante a satisfação e alegria que o Encontro nos trouxe, algo de cruel. "Partir, c'est mourir un peu". Este provérbio francês se aplicava perfeitamente ao estado de alma de todos. Parecia-me, porém, que, mais ainda do que os Latino-Americanos, os Canadenses e Estadunidenses sentiam viva a saudade.

Não duvido que sejam encontros dêste tido que preparam o caminho para a vinda de numerosos Religiosos do Canadá e dos Estados Unidos para os países latino-americanos.

## PRIMEIRA ETAPA DO CURSO PSICO-PEDAGÓGICO REALIZADO EM BELO HORIZONTE

Pe. Frei Ricardo Rozestraten, O.F.M.  
Diretor do Curso

Realizouse, de 17 a 25 de julho p.p., na Casa de Retiros São José, em Belo Horizonte, a primeira etapa do Curso Psico-Pedagógico.

Participaram dêsse curso 47 padres, na maioria em exercício no Seminário Menor.

A iniciativa partiu do Secretariado Nacional da CRB, que incumbiu o Instituto de Psicologia da UCMG de sua realização.

A equipe dirigente é constituída pelos Padres Frei Ricardo Rozestraten, O.F.M., Geraldo Servo, S.D.B., e Jaime Snoek, C.S.S.R.

Outros conferencistas foram convidados, salientando-se a colaboração do PABAE, na pessoa das professoras Maria Luiza de Almeida Cunha Ferreira e Maria Neves dos Santos. Parte da equipe de psicólogos dos Bancos da Lavoura e Nacional incumbiu-se de uma experiência em dinâmica de grupo.

O assunto principal para essa primeira etapa era a Psicologia Evolutiva. Sendo a puberdade e a adolescência assuntos de maior interesse, ocuparam êstes mais tempo. A psicologia evolutiva da idade pré-escolar e escolar, a cargo das professoras do PABAE, foi tratada nos primeiros dois dias. Sobre a evolução somato-psíquica da puberdade e problemas correlacionados, discutiram Pe. Jaime e Frei Ricardo. A psicologia da adolescência em seus vários aspectos foi abordada por Pe. Geraldo e Frei Júlio.

O professor Antônio Luiz tratou da psicoterapia não diretiva (sistema

de Rogers). O último dia foi dedicado à discussão em torno da experiência de dinâmica de grupo e a uma explicação mais ampla a êsse respeito, pelo professor Délcio Salomon. Na tarde dêsse mesmo dia foi discutido o questionário de apreciação do Curso e estruturado o assunto para a segunda etapa a ser realizada em janeiro de 1964.

Em quase tôdas as noites foram exibidos filmes relacionados com o assunto da semana.

Para haver maior integração dos participantes nos assuntos tratados, distribuíram-se os mesmos em cinco grupos de discussão sôbre perguntas formuladas pelo conferencista. Após as discussões em grupos, os secretários apresentavam os resultados em plenário.

Foi feita, no sábado, uma excursão à Fazenda do Rosário, a fim de que os participantes conhecessem de perto o trabalho educativo da professora Helena Antipof, em prol das crianças excepcionais e dos habitantes do meio rural.

No domingo, vários grupos fizeram excursões, visitando cidades históricas como Congonhas, Ouro Preto, Sabará e outras.

A resposta ao questionário de apreciação do Curso revelou que 24 dos participantes vieram por interesse pessoal; 14, embora mandados, demonstravam interesse; quatro responderam que apenas foram mandados e um seguiu o Curso por curiosidade. Mesmo assim, três dos últimos cinco afirmaram ter gostado muito. Entre os motivos alegados para a participação, assinalamos os seguintes:

- "Sentia-me deficiente no exercício do meu cargo";
- "Sentia necessidade de um aperfeiçoamento em Psicologia";
- "Sentia insegurança no meu trabalho educativo";
- "Sentia necessidade de estudar mais";
- "Sentia necessidade de conhecer outros e suas experiências";
- "Sentia necessidade de contato com psicólogo".

Dos 43 que responderam ao questionário (4 tiveram que sair antes), 20 disseram que gostaram muito, dezesseis, que gostaram, seis gostaram mais ou menos e um não se pronunciou.

Dalí, poderemos deduzir que a grande maioria dos participantes sentiu-se satisfeita em ter participado do Curso.

Entre os três aspectos positivos, o mais cotado foi a convivência amigável, o espírito de alegria e colaboração manifestadas durante o Curso. Salientou-se também a troca de experiências e os debates do grupo, bem como o temário. Foram também elogiados os conferencistas e a equipe dirigente. Acentuou-se como circunstância favorável o ambiente calmo e agradável da Casa de Retiros.

Foi bem aceito o contato com leigos, tanto professores como a equipe de auxiliares (feminina).

Os aspectos negativos do Curso assinalados foram: acúmulo de assuntos, verificando-se certa superficialidade e academismo; insistiu-se na maior praticidade e melhor síntese. As discussões fugiram às vezes do as-

sunto. Sentiu-se necessidade de obedecer melhor ao horário, de haver mais intervalos e mais recreios coletivos. Manifestou-se também uma certa falta do aspecto sobrenatural.

A necessidade de tratar da psicologia da puberdade e da adolescência em poucas conferências acarretou como consequência uma certa superficialidade. Desde que o grupo se pronunciou muito favorável a respeito das discussões em grupo, deu-se maior tempo a tais discussões, o que, às vezes, levou a uma certa dispersão quanto aos assuntos discutidos.

Entre os assuntos que despertaram mais interesse, destacamos: a psicologia da adolescência, a da puberdade e os instrumentos psicológicos. Mencionaram-se também a psicologia da criança, a instrução e educação sexual e a psicoterapia de Rogers.

Elogiaram-se a clareza, o domínio e vivência do assunto, a praticidade, bem como a simplicidade e o modo agradável de apresentação por parte dos conferencistas mais apreciados.

As opiniões sobre a experiência de dinâmica de grupo divergiram um pouco antes e depois da explicação do último dia. No primeiro caso, somente 25 se pronunciaram favoravelmente à experiência e sua repetição. No segundo caso, 38 apreciaram a experiência e pediram sua repetição em outra etapa do Curso.

Quanto à pergunta "Gostaria de participar do próximo Curso?", 42 se pronunciaram positivamente (dos 43 que responderam ao questionário).

Foram sugeridos vários nomes de conferencistas para as próximas etapas.

O curso consta de 4 etapas: a primeira é esta que se realizou; a segunda, marcada para janeiro; outra em julho de 1964; e a última em janeiro de 1965.

Os dirigentes, para evitar maior dispersão de assuntos, pronunciaram-se favoravelmente a um regime mais rígido de aulas para as próximas etapas e uma diminuição de tempo dedicado à discussão.

Concordou-se também que o Curso continuará com os mesmos elementos, de modo que não se aceitarão matrículas de candidatos estranhos para as etapas sucessivas.

Como assunto para o período de janeiro, ficou estabelecido o seguinte:

Tema principal: psicologia da aprendizagem, dentro da qual se tratarão da motivação, dos processos e leis da aprendizagem e suas conclusões pedagógicas, das técnicas e métodos de estudo, da formação da consciência e da aprendizagem das relações humanas. A segunda etapa terá a duração de duas semanas.

Como trabalho prático para o período de agosto a dezembro, foram dados os seguintes assuntos:

- 1.º — Ler e comentar um livro sobre a psicologia evolutiva
- 2.º — Aplicação biométrica
- 3.º — Anamnese de 5 casos

#### 4.º — Estudo de um caso mais difícil com aplicação da técnica de hipóteses múltiplas.

Em resumo, pode-se dizer que a primeira etapa do Curso psico-pedagógico correspondeu às expectativas, não obstante algumas dificuldades iniciais, inerentes a todo trabalho que se emprenhe pela primeira vez.

### PELAS SECÇÕES ESTADUAIS

**Santa Catarina** — Marcado para 17 de julho p.p. o encontro anual de Religiosas, foi com viva satisfação que esta Secção da CRB viu reunirem-se em sua Sede, Florianópolis, nada menos que cento e trinta Religiosas de dezesseis Congregações diferentes, vindas de quarenta localidades dos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo e Santa Catarina, para participarem em mais um encontro do MOVIMENTO POR UM MUNDO MELHOR. Se nos lembrarmos que ainda não há dois anos havíamos realizado encontro idêntico e que em uma das maiores dioceses dêste Estado o Senhor Bispo organizou recentemente também para suas Religiosas o mesmo Movimento, bem podemos congratular-se por mais êste empreendimento da CRB de Santa Catarina.

Cinco dias foi quanto durou o encontro, em meio a um interesse e um entusiasmo à altura dos problemas ali debatidos. Deu-se especial ênfase ao trabalho daquelas Religiosas que se dedicam à tarefa do ensino. Como nota mais característica e impressionante a ressaltar foi o espírito de fraternidade e a largueza de vistas com que tôdas e cada uma das Cursistas colaboraram no estudo e na troca de idéias para uma maior concentração de forças de apostolado e mais segura garantia de sucesso em sua missão. E' de justiça realçar ainda o empenho e a solicitude dos orientadores do encontro: dois da Equipe de Sorocaba, que enviou os Revdos. Cônegos Sérvulo de Madureira e Aldo Vannuchi, e um da Equipe Nacional, o Revdo. Frei Geraldo de Piraju, O.F.M.Cap.

Dignou-se presidir ao encerramento do encontro, em 23 de julho, Sua Excia. Revma. o Sr. Arcebispo Dom Joaquim Domingues de Oliveira, que, a coroar esta verdadeira jornada de estudos em prol de um mundo melhor, concitou as Irmãs ali reunidas a rezarem e rezarem bem. Sem dúvida, é a oração que sempre terá de estar na base de todos os movimentos da Igreja e que congrega e fecunda as forças dos que labutamos pelo Reino de Deus neste mundo.

**Bahia** — De 21 a 26 de julho, promoveu nossa Secção Estadual mais um encontro do MOVIMENTO POR UM MUNDO MELHOR, realizado no Colégio de Nossa Senhora das Mercês, Salvador.

Nunca é demais encarecer a importância destas iniciativas. Nestes encontros são debatidos temas os mais atuais e influentes na conjuntura em que vivemos e onde temos de trabalhar. Problemas de educação, de assistência social e religiosa, de seleção e adaptação de meios agentes, tudo em ordem a uma retrospectção do passado e a uma tomada de posição, mais

esclarecida e universal, pelo que nos toca na hora atual — não há dúvida que merecem, cada vez mais, especial atenção.

Quinze Congregações mandaram suas representantes, num total de 130 Religiosas. Era visível e contagiante o empenho que cada uma das participantes punha no melhor conhecimento e na solução dos problemas ali propostos. Respirava-se um espírito de verdadeiro "ecumenismo". Dir-se-ia que tôdas aquelas Irmãs pertenciam a uma só família religiosa. Embora em campos diversos, unia-as a cada uma um mesmo ideal: concentrar as forças espirituais em favor de uma melhoria universal das condições humanas e religiosas do mundo moderno.

Esperamos que do mútuo entendimento, manifesto em cada uma das reuniões, e das deliberações, tomadas no fim, algo de concreto e duradouro aproveite como modesta mas verdadeira contribuição para o levantamento social e religioso em tão importante faixa do Nordeste brasileiro.

BIBLIOGRAFIA
--------------

Júlio Comba. HINOS DO BREVIÁRIO ROMANO. São Paulo, Livraria Editôra Salesiana, 1963. 310 pgs.

A Livraria Editôra Salesiana (Largo Coração de Jesus, 140 — S. Paulo) acaba de lançar ao público mais uma obra do Pe. Júlio Comba da Faculdade de Filosofia de Lorena (SP). Trata-se do livro intitulado: HINOS DO BREVIÁRIO ROMANO comentados para os Seminaristas e para o Clero.

Depois de uma sucinta e bem documentada introdução histórica à hino-grafia litúrgica latina seguida de um excelente estudo sôbre a métrica dessas poesias da Igreja, apresentam-se-nos os 150 hinos do Breviário Romano universal acompanhados pelos de N.<sup>a</sup> S.<sup>a</sup> Aparecida, N.<sup>a</sup> S.<sup>a</sup> de Guadalupe e de mais algumas festas particulares.

Nos comentários apostos a cada hino focaliza-se em primeiro lugar a sua história, o seu autor e a métrica dos versos. Em seguida aparecem, de acôrdo com cada uma das estrofes, elucidações eruditas e práticas ao mesmo tempo, que salientam o sentido literal do texto, registram as passagens bíblicas nas quais o poeta buscou a sua inspiração, dão vida nova a essas composições de valor indiscutível.

Novidade absoluta neste gênero de trabalhos é o confronto do texto com a redação que se usava antes da reforma executada por ordem de Urbano VIII em 1631.

Realmente não conhecemos presente melhor para um sacerdote, para um subdiácono e para todos aqueles que aspiram à recitação consciante e "saborosa" das horas canônicas. Para os alunos do Seminário Menor será ótimo texto de aula de acôrdo com a regulamentação da "Veterum Sapientia" do inesquecível Papa João XIII.

P. C. J.

---

Nihil Obstat

Rio de Janeiro, 26 de julho de 1963

Pe. Frei Jacinto de Palazzolo OFMCap.

Cencor Eclesiastico .